

# Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX)<sup>1</sup>

Material culture and social practices on the Caminho do Viamão: toponymic landscapes, archaeology of everyday experience of mule drive, muleteers' profiles and their baggage (18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries)

<https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e18>

**BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-4920-8905>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

**ALICE PEREIRA BARRETO<sup>3</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-5690-3810>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

**GUILHERME SILVÉRIO DIAS<sup>4</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-4581-9402>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

**RESUMO:** Este artigo versa sobre métodos de leitura da paisagem e da cultura material, com foco na *Carta geographica de projeção espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (1797), entrecruzada com relatos de práticos, engenheiros militares, naturalistas, pintores viajantes e maços de população coevos. De perfil arqueológico-filológico e em busca dos vestígios de uma fenomenologia dos modos de ser e estar em escala macrorregional, este

1. Este artigo resulta de pesquisa realizada com bolsistas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento (CNPq), participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) (2018-2019), em busca de camadas de historicidade perdidas no tempo longo do Caminho do Viamão. Foi parcialmente publicado nas *Actas do CIHU, Congreso iberoamericano de historia urbana: procesos históricos que explican la ciudad iberoamericana*, realizado na Cidade do México (BUENO; GIL; BARRETO; DIAS, 2019), e uma pequena parte publicada no livro organizado por Fania Fridman, *De cidades e territórios* (2019) (BUENO; BARRETO; DIAS, 2019). No entanto, a documentação coligida impôs a redação de um ensaio mais amplo, que ora se apresenta para os *Anais do Museu Paulista*.

2. Graduada em história pela Universidade de São

Paulo (USP) e em artes plásticas pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap). Doutora e livre-docente em arquitetura e urbanismo pela USP. Desde 2002 leciona as disciplinas de História da Urbanização e do Urbanismo no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), onde atualmente é professora associada. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq PQ 2, desde 2012. Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa "Sig Histórico e canteiro em foco: paisagem urbana e arquitetura do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares" – Processo: 311861/2019-9 (2020 a 2023). *E-mail:* <beatrizbueno@usp.br>.

3. Graduanda em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP, bolsista de iniciação científica (CNPq/Pibic). *E-mail:* <alicepbarreto@usp.br>.

4. Graduando em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP, bolsista de iniciação científica (CNPq/Pibiti). *E-mail:* <guilherme.silverio.dias@usp.br>.

artigo envereda pelo estudo da toponímia e preocupa-se em desvelar camadas de tempo, descrever e contextualizar dinâmicas, lógicas antrópicas de enraizamento e de mobilidade, fluxos em caminhos e rios nas suas possibilidades e dificuldades de comunicação. O Caminho do Viamão é aqui um pretexto para exercitar o que chamamos de Arqueologia da Paisagem, além de permitir espacializar territorialidades interimperiais analisadas do ponto de vista de suas dinâmicas cotidianas, com foco na cultura material e nas práticas sociais em suas interfaces com aspectos geomorfológicos e fitofisionômicos. No artigo, essa paisagem cultural é analisada em sua pluralidade, natural e antrópica, por meio de fontes primárias do século XVIII e dos primórdios do XIX, descrevendo-se o dia a dia das comitivas, o perfil social dos viajantes e o que havia na bagagem dos tropeiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia da paisagem. Cultura material. Geografia retrospectiva. Caminho do Viamão. Toponímia. Cotidiano dos tropeiros.

**ABSTRACT:** Our article shows the methods used to interpret landscape and material culture, with focus on the *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (1797), intersected with practice, military engineers, naturalists and traveling painters' reports and demographic contemporary sources. Its archaeological-philological profile follows the study of the toponymia and shows uncovering layers from different periods, depicting and contextualizing anthropic drivers and reasons for settlement or mobility, mule drive traffic along the route and rivers with both opportunities and difficulties for communication, thus pursuing vestiges for a phenomenology of lifeways on the macroregional level. The Caminho do Viamão is a pretext to practice what we call landscape archeology to locate interimperial territorialities to be analyzed from the point of view of their everyday dynamic while focusing material culture and its interfaces with geographic and phytophysognomic aspects. Our article analyzes the natural and anthropic pluralism of this cultural landscape using primary sources from the 18<sup>th</sup> and early 19<sup>th</sup> centuries to describe the everyday experience of mule drive and the muleteers' baggage.

**KEYWORDS:** Landscape Archeology. Material Culture. Retrospective Geography. Caminho do Viamão. Toponymia. Everyday Life of Muleteers.

## ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: SOBRE A LINHA DE PESQUISA

Desde a década de 1960, Nestor Goulart Reis Filho circunscreveu um campo disciplinar – a História da Urbanização –, com base, sobretudo, na seriação de fontes visuais. Fruto da dupla formação em ciências sociais e arquitetura e urbanismo, seu método – ensaiado precocemente na tese de livre-docência *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*<sup>5</sup> – ancora-se em instrumentos da arqueologia e associa investigação *in loco* (sempre que possível) à decifração minuciosa da cartografia e da iconografia antiga, cotejando-as em relação à contemporânea em busca de vestígios materiais, racionalidades, lógicas e modos de operar de outros tempos, processos históricos de formação social e transformação do espaço, tendo a cultura material como foco de análise, num trabalho de formiga que quase sempre reconstitui e articula passado e presente. O coroamento dessa metodologia são os livros *O caminho do Anhangera*<sup>6</sup> e *As minas de ouro e a formação das Capitâneas do Sul*.<sup>7</sup> Neste o autor aborda o tema da paisagem cultural, até então uma novidade, a convite de Dalmo Vieira, à época superintendente do Departamento de Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Em muitos aspectos essa perspectiva teórico-metodológica alinha-se à história da cultura material, tal como formulada por Ulpiano Bezerra de Meneses em *O objeto material como documento*,<sup>8</sup> e realizada por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*,<sup>9</sup> e por Fernand Braudel em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*<sup>10</sup> e em *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle*.<sup>11</sup>

O Caminho do Viamão é aqui interpretado como um objeto material e, como tal, documento e suporte físico de informação, mas também – e sobretudo – como suporte de informações de tipo relacional. Dessa forma, entende-se o Caminho do Viamão simultaneamente como produto e vetor de relações sociais, distanciando-se de uma compreensão passiva do objeto enquanto palco ou cenário, o que torna instigante a empreitada, já que a arqueologia aqui proposta não se limita ao estudo do objeto, mas da estrutura em funcionamento e dos atores em movimento, visando entender a sociedade, seus códigos e lógicas.<sup>12</sup> Busca-se, neste artigo, analisar as infraestruturas do Caminho (corredores, pontes, registros, passagens, pousos, sesteados, fazendas, campos para inverno), além das paisagens, visto que elas são condicionantes para as dinâmicas dos fluxos nas viagens da tropeada, assim como são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente.<sup>13</sup> Trata-se de uma fonte material que é suporte de informações sobre a relação entre homens,<sup>14</sup> de forma a demonstrar que aquilo que se observa tanto no nível das informações funcionais quanto no das

5. Reis Filho (2001).

6. Reis (2014).

7. Id., 2013.

8. Meneses (1980).

9. Holanda (2017).

10. Braudel (2016).

11. Id., 1995.

12. Meneses, op. cit., p. 4.

13. Ibid., p. 3.

14. Ibid., p. 7.

15. *Ibid.*, p. 8.
16. Schlereth (1990, p. 17).
17. Kantor (2009, p. 39-61) e Kantor e Bueno (2020).
18. Bueno (2017, 2018, 2019a, 2019b, 2020).
19. Diniz (2013, 2015).
20. Arraes (2017).
21. Borsoi (2013, 2020).
22. Moura (2018).
23. Carvalho (2020).

informações tecnológicas e morfológicas termina por desembocar no mundo das relações sociais.<sup>15</sup> Os objetos analisados são produtos e vetores da ação humana, o que potencializa seu caráter ativo nos processos sociais.

Com isso, pretende-se testar essas premissas conceituais em suas implicações metodológicas no estudo do caso do Caminho do Viamão nos séculos XVIII e XIX, configurando uma espécie de laboratório de investigação em história da urbanização por meio da arqueologia e da cultura material. Como propõe Thomas Schlereth,<sup>16</sup> não se trata de abordar qualquer problemática histórica a partir de fontes materiais ou visuais, mas de explorar novas problemáticas, muitas vezes relacionadas a dimensões que não são percebidas ao examinar fontes outras que não as expressões materiais da cultura.

Tributária dessa linha de investigação, esta pesquisa ancora-se também nos estudos que compartilhamos com Iris Kantor<sup>17</sup> sobre a cartografia e as potencialidades heurísticas do mapa *Nova Lusitânia*. A autora nos ensina a entender a toponímia como importante chave interpretativa.

A linha de pesquisa<sup>18</sup> em arqueologia da paisagem hoje envolve diversos pesquisadores geograficamente espalhados por todo o país. Os estudos têm como denominador comum a eleição de recortes espaciais e temporais mais alargados, que em geral fogem das circunscrições políticas dos estados atuais em busca de territorialidades mais pertinentes às temporalidades em questão. Além disso, quase todos adotam a perspectiva da paisagem cultural e exploram uma base cartográfica comum, a *Nova Lusitânia*. Teses de doutorado como as de Nathália Montenegro Diniz,<sup>19</sup> Damião Esdras Arraes,<sup>20</sup> Diogo Fonseca Borsoi,<sup>21</sup> Nádia Mendes de Moura<sup>22</sup> e Márcio Coêlho de Carvalho<sup>23</sup> esmiúçam paisagens macroterritoriais e intraurbanas então desconhecidas nos Sertões do Norte, nos Sertões de serra acima do Norte da Capitania de São Paulo, nos Sertões de mar a mar na Capitania de Goiás, bem como no longínquo Acre.

Na macroescala regional e por vezes intercontinental, esses estudos vêm analisando a rede urbana em sua conotação mais ampla, o que inclui pousos, bairros rurais, fazendas, feiras, passagens, registros e demais pontos nodais relacionados às cidades, vilas, capelas, freguesias, julgados e aldeamentos missionários. Tal operação possibilita ampliar o conceito de urbano para abranger todo e qualquer vestígio de localidade indicativa de presença humana irradiada de demandas urbanas, por meio de homens urbanos, a despeito de sua fragilidade demográfica, formal e estatuto político.

Para tanto, o estudo da cartografia permeado por outras fontes primárias diacrônicas e sincrônicas mostra-se estratégia metodológica característica dessa

linha de investigação. Numa espécie de geografia retrospectiva, o método consiste em desvelar paisagens pretéritas representadas na cartografia, entendendo-as como configurações territoriais de um conjunto de elementos naturais e antrópicos. Como tal, configura-se como uma espécie de palimpsesto em que, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe.

Nosso conceito de paisagem é tributário de Milton Santos. Para o geógrafo, ao considerar o espaço geográfico um híbrido, paisagem e espaço não são sinônimos: "A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que a anima".<sup>24</sup> Enquanto configuração territorial marcada por um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área, a paisagem, a rigor, é um recorte operacional atribuído pelo olhar de quem recorta e norteado por suas indagações. A paisagem existe por meio de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, mas que, no entanto, coexistem agora.<sup>25</sup> Dessa constatação resulta o conceito de rugosidades de Milton Santos, definido como acumulação desigual de tempos: à medida que a ação de um sistema histórico anterior deixa resíduos, as localizações são historicamente determinadas pelas combinações de variáveis novas e antigas. Além disso, em cada sistema há uma combinação de variáveis em escalas diferentes, bem como de idades diferentes, e cada sistema transmite elementos cuja datação é diferente.<sup>26</sup> Não se trata apenas de uma superposição no tempo, pois a cada momento os elementos que entram na combinação têm diferentes idades. Há também superposição, simultaneamente, de influências originárias de múltiplos pontos ou espaços. Todas essas sobreposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação que é ao mesmo tempo temporal e espacial. Nesse sentido, seu caráter, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois essa imagem imobilizada permite, de uma vez por todas, rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto.

O conceito de rugosidades de Milton Santos decorre de suas aproximações com os historiadores da Escola dos Annales na década de 1970,<sup>27</sup> especialmente Marc Bloch<sup>28</sup> em *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, e Fernand Braudel,<sup>29</sup> modelo definitivo ao escrever *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Para o geógrafo, Marc Bloch alerta contra o risco de querer impor essa imagem – oferecida pela paisagem – a cada etapa do passado, indicando que temos diante de nós fragmentos materiais de um passado – de sucessivos passados –, cuja simples recolagem não nos ajuda em muito. De fato, a paisagem permite apenas supor o passado.

24. Santos (2004, p. 103)
25. Ibid., p. 104.
26. Ibid., p. 257.
27. Id., 2008.
28. Bloch (2001, p. 49-50).
29. Braudel (2016).

30. Id., 2005, p. 36-37.

31. Santos (2008, p. 173).

32. Santos (2004, 2008).

33. Trindade (1992).

34. Silva (2006).

35. *A Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil.*

36. *A Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (CARTA..., 1797), composta por Antônio Pires da Pontes Leme, em 1797, é um artefato cartográfico criado a pedido do ministro da guerra e do ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Sob a coordenação da Sociedade Real, foram contratados os mais experientes desenhistas topográficos e de história natural, como é o caso de José Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca, ambos funcionários do Real Jardim Botânico da Ajuda e ex-integrantes da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, realizada de Belém a Cuiabá entre 1783 e 1793. Foi justamente José Joaquim Freire o responsável pelo desenho da *Nova Lusitânia*, composta pelo matemático e astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes Leme. A Carta é um mapa de grande formato, em dezesseis folhas coladas, manuscrito, colorido, medindo 199 x 202 cm. Apresenta uma visão totalizante do Brasil em meio à América, como também revela pela primeira vez – com nitidez – a rede de caminhos terrestres, fluviais e de núcleos urbanos.

Mais do que um palimpsesto (escritas sobrepostas frequentemente encontradas nos manuscritos sobre pergaminho), segundo Ulpiano B. de Meneses,<sup>30</sup> a paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. Esses traços fósseis permitem entender ao longo do tempo a formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e suas sucessivas formas anteriores. A paisagem, na expressão do historiador Fernand Braudel, é como nossa pele, condenada a conservar a cicatriz das feridas antigas.

Para Milton Santos, "as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço".<sup>31</sup> O momento se cristaliza em memória; memória de um presente que se foi. O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos. Ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes, enquanto outros criam formas para se inserirem dentro delas. Espaço é condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações de forma a corresponderem aos objetivos da produção em dado momento e, em seguida, por sua própria presença, influenciam os momentos subsequentes da produção. Para Milton Santos,<sup>32</sup> o homem trabalha sobre herança e, nesse sentido, o espaço material não é uma dimensão coadjuvante, mas ator principal, ao mesmo tempo produto e vetor, bem como inércia ativa para o presente.

Para além das heranças teórico-metodológicas, a proposta deste artigo é profundamente devedora do livro *Tropeiros*, de Jaelson Trindade,<sup>33</sup> e nitidamente se aproxima da tese de doutorado de Adriana Fraga Silva, *Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do tropeirismo nos Campos de Cima da Serra-RS*,<sup>34</sup> a quem tivemos o prazer de conhecer quando já estávamos no final da jornada, e com quem compartilhamos muitas afinidades. Entretanto, distingue-se desses autores ao experimentar sobrepôr fontes primárias (textuais e iconográficas) e dados geomorfológicos e de vegetação à *Carta geographica de projeção espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (1797),<sup>35</sup> com o intuito de mostrar a pluralidade de enquadramentos paisagísticos que envolviam os 1.750 quilômetros do Caminho do Viamão, indo muito além do estereótipo do bioma pampa que permeia nosso imaginário coletivo.

Primeiro mapa geral que dá a ver os domínios portugueses e castelhanos na América, a *Nova Lusitânia*<sup>36</sup> é um artefato cartográfico de amplas potencialidades heurísticas. Resultante da reunião de diversas cartas corográficas realizadas por engenheiros militares e jesuítas matemáticos, permite explorar a capilaridade das redes

fluvial, de caminhos terrestres e urbana, dando a ver as dinâmicas do cotidiano em seus usos pretéritos e explorando regiões raramente percebidas em seu conjunto. O exercício de arqueologia da paisagem proposto impõe o exame detido das paisagens toponímicas e demais códigos de representação registrados na cartografia, entrecruzados por dados oriundos de outras fontes coevas em busca de aspectos geomorfológicos, fitofisionômicos, redes de caminhos, rios, pontos de enraizamento e mobilidade, fluxos cotidianos de pessoas e mercadorias em escala macrorregional e para além das fronteiras políticas impostas pelo colonialismo. O intuito é dar visibilidade ao caminho que vertebrava a América Meridional, desde a Colônia do Sacramento – margeando a foz do Rio da Prata –, adentrando o Continente do Rio Grande de São Pedro, e dali irradiando-se serra acima em diversas direções (Figura 1).

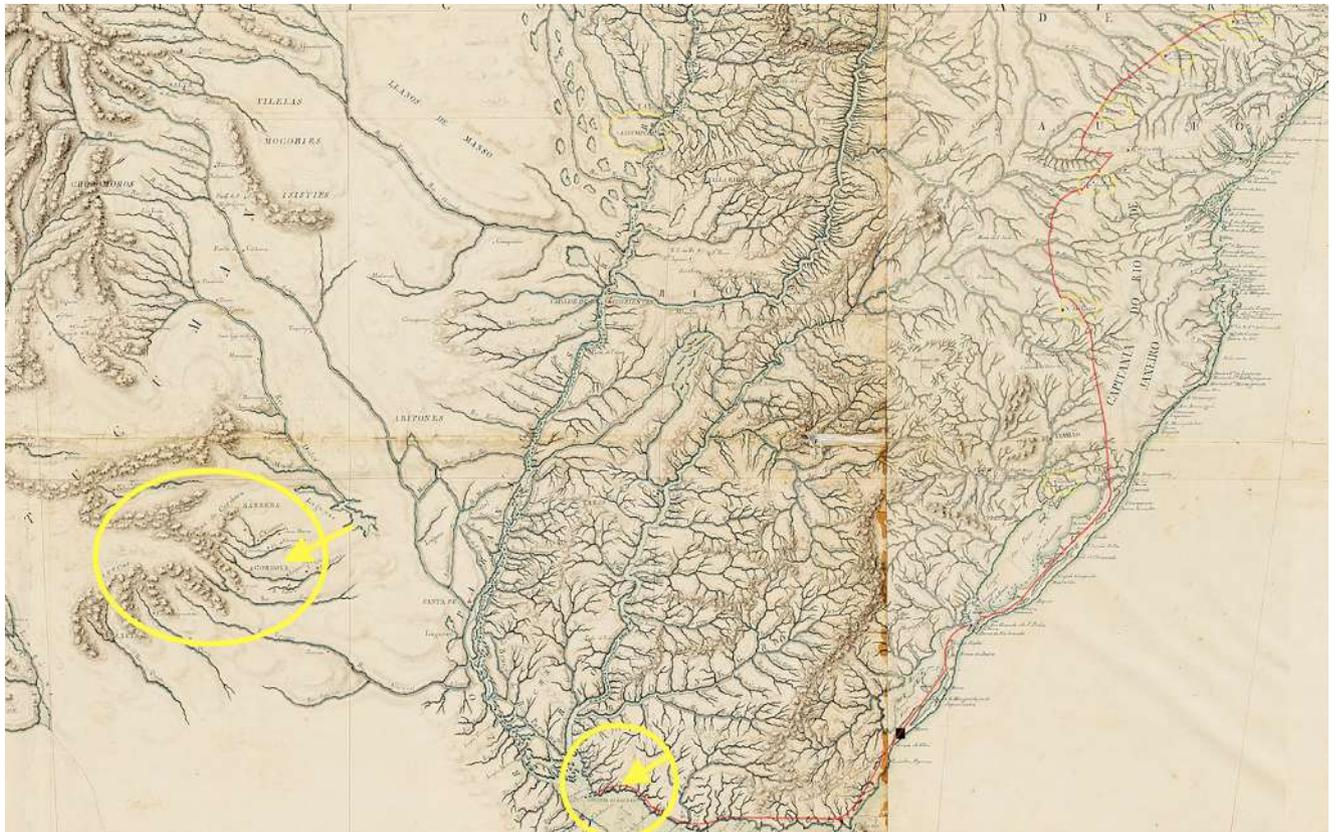


Figura 1 – Detalhe da *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199x202cm. Destaque, em amarelo, para as zonas do criatório nas Serras de Córdoba e início do caminho. Em vermelho vê-se o caminho, com os 1.750 quilômetros da Colônia do Sacramento até Sorocaba.

37. Vilardaga (2017, p. 127-147).

38. As aquarelas da Viagem ao Sul foram compradas por Raymundo Ottoni de Castro Maya na Casa Heymann, em Paris, e hoje encontram-se nos Museus Castro Maya, no estado do Rio de Janeiro. Prado (1973, p. 47), Alencar (2003), Baptista (2012), Lago e Bandeira (2007).

39. Gil (2009).

40. Id., 2017.

41. Meneses (2002, p. 29-64).

Importante rota do gado (muar, bovino e cavalari), o Caminho do Viamão estendia-se da foz do Rio da Prata à Feira de Sorocaba e, de lá, às mais recônditas latitudes do Brasil. A rota envolvia a porção sul da bacia platina como um todo, o que permite especular sobre relações interimperiais inimagináveis, donde decorre a opção por tal recorte espacial.

Tomando de empréstimo o título do artigo de José Carlos Vilardaga, "Na bagagem dos peruleiros",<sup>37</sup> buscamos explorar o cotidiano das viagens, dia a dia, passo a passo, especulando sobre o caminho em si, mas também sobre os atores e sobre a tralha que ia na bagagem dos tropeiros em meio às agruras de se percorrer 1.750 quilômetros em cerca de um ano de viagem, tendo no horizonte a pergunta: por quê a condução de mulas era tão rentável?

Para tanto, valemo-nos dos relatos de práticos, engenheiros militares e naturalistas que percorreram o itinerário, entrecruzando-os aos desenhos de Jean-Baptiste Debret de 1827-1828<sup>38</sup> e à *Carta geographica de projeção espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (1797), eleita nosso mapa-base. A ela agregamos dados geomorfológicos e fitofisionômicos, demonstrando que o bioma Pampa e o bioma Mata Atlântica, característicos do Sul, eram bastante diversificados e entremeados de serras e matas, o que impunha enormes desafios aos viandantes e tornava o negócio de condução das tropas extremamente perigoso e audacioso, e, justamente por isso, muito rentável. Essa é a hipótese advogada neste artigo.

Buscamos dar vida aos tropeiros, categoria genérica que englobava negociantes e homens envolvidos na lida diária com as tropas, bem como a aspectos da cultura material do tropeirismo, por exemplo indumentária, tralha e modos de viver na longa viagem, especulando sobre o perfil social dos que enriqueceram como proprietários das tropas de muares num tempo em que não havia ferrovia.

Esta pesquisa contou com o apoio de bolsistas de iniciação científica financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e com a colaboração de Tiago Luís Gil, especialista em história econômica na Universidade de Brasília (UnB) e autor da tese *As coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)*.<sup>39</sup> O escopo desta análise foi ampliado ao se investigar os Maços de População do século XVIII e início XIX localizados no Arquivo do Estado de São Paulo,<sup>40</sup> com o intuito de entender que produtos circulavam em cada uma das vilas da rota.

Espera-se que o resultado seja um ensaio de geografia retrospectiva, uma espécie de história em quadrinhos de perfil nestoriano, holandiano e braudeliano, quase um documentário em meio a paisagens perdidas no tempo. Ulpiano Bezerra de Meneses, em *A paisagem como fato cultural*,<sup>41</sup> trata do tema a partir de três

dimensões que orientarão este artigo de agora em diante: do ponto de vista das camadas de historicidade, na linha do conceito de rugosidades de Milton Santos;<sup>42</sup> da paisagem enquanto representação; e, por fim, da paisagem como monumento, pois se trata de uma paisagem cultural inventariada para fins de preservação, sendo o estudo de Jaelson Trindade, *Tropeiros*,<sup>43</sup> realizado a serviço do Iphan, paradigmático nessa direção. Essas dimensões são interdependentes e, por meio da metodologia da arqueologia da paisagem objetiva-se explorar as potencialidades heurísticas de uma série de fontes visuais e textuais dos séculos XVIII e XIX, pouco analisadas de forma combinada, almejando ensinar o leitor a *pensar con los ojos*.<sup>44</sup>

De partida, o desafio de explorar um caminho de dimensões continentais impõe um trabalho de desconstrução de narrativas e lugares comuns,<sup>45</sup> sobretudo os mitos emanados dos institutos históricos e geográficos nacionais e regionais que acabaram adquirindo estatuto historiográfico e foram incorporados às políticas de preservação, mas que só recentemente sofreram um processo de revisão pelo Iphan. O estudo de negociantes, tropeiros e do tropeirismo – ausentes no projeto de construção da nossa identidade nacional a partir da década de 1930, assim como do processo de patrimonialização correlato – embaça nossos olhos viciados por senhores de engenho, exploradores de ouro e barões do café mais afeitos ao comércio atlântico, fazendo saltar à vista novos personagens e economias interdependentes às de exportação, desmontando a tese da urbanização arquipelágica<sup>46</sup> devotada ao mercado externo, rompendo com a ideia de fragmentação e descontinuidade entre as partes do Brasil e, assim, revelando macrorregiões e zonas de intersecção de perfil cultural híbrido,<sup>47</sup> que compartilhavam hábitos, dialetos, costumes e atividades econômicas que subvertiam as fronteiras políticas que lhes foram impostas, como a alinhavada pelo Caminho do Viamão.<sup>48</sup>

## EM BUSCA DAS CAMADAS DE HISTORICIDADE: DAS SERRAS DE CÓRDOBA AOS CAMPOS DA VILA DE LAGES, A ZONA DO CRIATÓRIO

O Caminho do Viamão partia da Capela de Viamão até a Feira de Sorocaba, envolvendo 1.500 km nesse trecho. Segundo a documentação manuscrita textual e cartográfica dos séculos XVIII e XIX, o chamado Caminho das Tropas tinha os seguintes designativos e variantes: "Caminho do Sertão", "Caminho de São Paulo para o Continente de Viamão", "Caminho do Sertão do Rio Grande de São Pedro para a Capitania de São Paulo", "Caminho que vai de Viamão até a Cidade de S. Paulo", "Caminho p<sup>o</sup>. Viaman", "Caminho de S. P<sup>o</sup>", entre outros.<sup>49</sup> Foi uma antiga

42. Santos (2004, 2008).

43. Cf. Trindade, op. cit.

44. Bayon (1993, p. 17-22).

45. Bresciani (2004, p. 399-425)

46. Ab'Sáber (1989, p. 407-418)

47. Sobre o conceito de hibridismo cultural, fertilização mútua, consultar Burke (2016).

48. No entanto, a contribuição de João L. R. Fragoso, no livro *Homens de grossa aventura é uma incontornável exceção à regra* (Fragoso, 1992).

49. Silva, op. cit., p. 123.

50. Em 1728, o governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, determinou ao militar Francisco de Souza Faria que fosse estabelecida uma picada a partir do Viamão, subindo a Serra Geral e chegando aos campos da chamada Vacaria dos Pinhais. Dali, até Curitiba, incorporava-se ao trecho já existente de Curitiba a Sorocaba. Em 1732, esse caminho foi retificado, desviando-se um pouco mais para oeste, denominado de Caminho do Sul, com quase 1.500 quilômetros (SILVA, 2004, p. 84).

51. Cf. Gil (2003), Vilardaga (2010).

52. <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2020.

53. IBGE (1992).

via terrestre de ligação da Capitania do Rio Grande de São Pedro com a Capitania de São Paulo durante o período colonial e o Brasil Império. Aberto em 1728,<sup>50</sup> tem sua história atrelada ao início da mineração nas Minas Gerais, quando as mulas criadas nas missões jesuíticas tornaram-se meio de transporte imprescindível para conduzir gêneros e pessoas por longas distâncias, assim como o charque e o couro fundamentais ao abastecimento urbano, criando-se no cone sul uma sociedade formada de "paulistas", indígenas, afrodescendentes, açorianos, castelhanos e mestiços devotada à criação de gado vacum, muar e cavalar, e vinculada a uma enorme rede de preação, abate, salga e transporte, cujos produtos circulavam pelo Caminho do Viamão em direção a todo o Brasil. Num período em que até então predominavam viagens a pé ou em carro de boi, as mulas autorizadas como meio de transporte por ordem régia tornaram-se a menina dos olhos de negociantes aventureiros ansiosos por fazer fortuna. Conduzi-las das zonas do criatório à Feira de Sorocaba tornou-se um dos negócios mais rentáveis até o advento da ferrovia.

As mulas criadas nas Serras de Córdoba a 2 mil metros de altitude, nas adjacências de Montevidéu e em estâncias junto às reduções dos jesuítas, outrora importantes na rota da prata e destinadas às minas de Potosí (na atual Bolívia), foram então redirecionadas ao mercado interno da América Portuguesa, passando a ser meio de transporte oficialmente aprovado pela Coroa. Na rota do contrabando da prata,<sup>51</sup> de africanos escravizados, mulas, couros para exportação e carne verde, a Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, passou a ser o ponto de partida das tropas, sendo a primeira comitiva datada de 1731. Envolveva oitocentos animais entre cavalos e mulas e era comandada por Cristovão Pereira de Abreu.

A comitiva partia com a mulada livre tangida estrada afora, seguindo a madrinha (mula eleita para portar o cinorro – a sineta – no pescoço e puxar a tropa). A rota passava por campinas de topografia ondulada (coxilhosa) e pastagens copiosas, serras e matas. Viajava-se por cerca de dez a doze meses do Continente do Viamão com destino à Sorocaba, com paradas obrigatórias a cada 24 quilômetros. A feira não tinha lugar fixo e a vila toda se transformava num grande mercado disperso em seu entorno, onde o rebanho invernavia.

Por ser um conjunto de ecossistemas, as paisagens naturais do bioma pampa<sup>52</sup> são até hoje variadas, com serras, planícies, morros e coxilhas (grande extensão de campos nativos ondulados). Há também matas ciliares, de encosta, de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados e afloramentos rochosos. O bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade. Conhecido como Campos do Sul ou Campos Sulinos, ocupa uma área de 176,5 mil km<sup>2</sup>,<sup>53</sup> estendendo-se do Rio Grande do Sul, no Brasil, ao território dos atuais

Uruguai e Argentina. Ocupando 63% do território gaúcho, ao bioma pampa soma-se o bioma mata atlântica,<sup>54</sup> de floresta tropical, que abrange a costa leste, sudeste e sul do Brasil, leste do Paraguai e a província de Misiones na Argentina. Composta por formações florestais nativas (floresta ombrófila mista, também chamada de mata de araucárias) e ecossistemas associados, marca parte do Rio Grande do Sul, estendendo-se aos atuais estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (1797) representa aspectos geomorfológicos e fitofisionômicos por meio de inscrições em caixa alta somadas a certos códigos de representação que deixam entrever geografias de outros tempos e seus respectivos nomes. Nesse sentido, o exercício de espacialização proposto consiste em ressaltar a geomorfologia e a vegetação, com o intuito de aquilatar a pluralidade de enquadramentos paisagísticos do bioma pampa e do bioma mata atlântica nessas paragens.

O Caminho do Viamão resultou do aproveitamento de várias trilhas indígenas e coincide com os dados publicados na *Estatística da Imperial Província de São Paulo*,<sup>55</sup> de José Antônio Teixeira Cabral, designado então como "7ª. Estrada" (entre as sete estradas principais da Província de São Paulo). A estrada iniciava-se em São Paulo, passando por Cotia, Sorocaba, Itapetininga (trecho posteriormente convertido em rodovia Raposo Tavares). Ramificava-se para Parapanema e Itapeva da Faxina, seguindo para Castro (antiga Iapó), passando por Guarapuava e dividindo-se para Curitiba ou Vila de Santo Antônio das Lapas. A partir de Lapa, prosseguia por quarenta léguas com o nome de "Estrada da Mata", até a divisa com a Província de Santa Catarina (trecho mais difícil) e, daí, até o Rio Grande do Sul.

Com recursos do Adobe Photoshop, à *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (1797) (Figura 2) sobrepusemos manchas representando aspectos geomorfológicos e de vegetação, assim como destacamos cursos d'água (em azul), o Caminho do Viamão e a rede urbana correlata (em vermelho). O *degradê* de manchas em tons terrosos representa as áreas de campos e o *degradê* de verde as áreas de matas. A principal referência para tanto é o *Manual técnico da vegetação brasileira*,<sup>56</sup> realizado segundo a classificação do Projeto Radam Brasil.<sup>57</sup> Para determinados recortes regionais do Brasil ou de países da América do Sul, valemo-nos do *Estudo Fitossociológico do componente arbóreo de um remanescente florestal em Palmeira das Missões – RS*,<sup>58</sup> do *Inventário Florestal Contínuo – RS*, da *Biodiversidade em Santa Catarina*,<sup>59</sup> da *Flora ilustrada catarinense: mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina*,<sup>60</sup> da *Fitogeografía de la República Argentina*<sup>61</sup> e de estudo sobre o Uruguai.<sup>62</sup> Em detalhe, vemos nas áreas destacadas em tons terrosos que o criatório se estendia predominantemente das planuras de "Tucuman" às "Serras

54. <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2020. Sobre a vegetação da Região Sul, consultar: [pt.m.wikipedia.org](http://pt.m.wikipedia.org). Acesso em: 29 maio 2020.

55. Cabral (2009).

56. IBGE (1992).

57. Projeto RadamBrasil (1992).

58. Costa (2011, p. 10-12).

59. Santos, Citadini-Zanette, Elias e Padilha (2016, p. 22).

60. Klein (1978).

61. Cabrera (1971, p. 1-42).

62. OEA (1992).

de Cordova", enveredando dos campos de Montevideú à "Cochilha Grande" e "Cochilla Grande de los Tappe", entre o "Rio Uruguay", "Rio Paraná" e "Rio Paraguay", avançando nos "Campos de Vacaria" e pelos Campos Gerais, em estâncias e fazendas, muitas pertencentes aos jesuítas. No entanto, ambos os biomas deixam-se contaminar de quando em quando, de forma que na Mata Atlântica verificam-se campos, e nos pampas zonas florestadas.

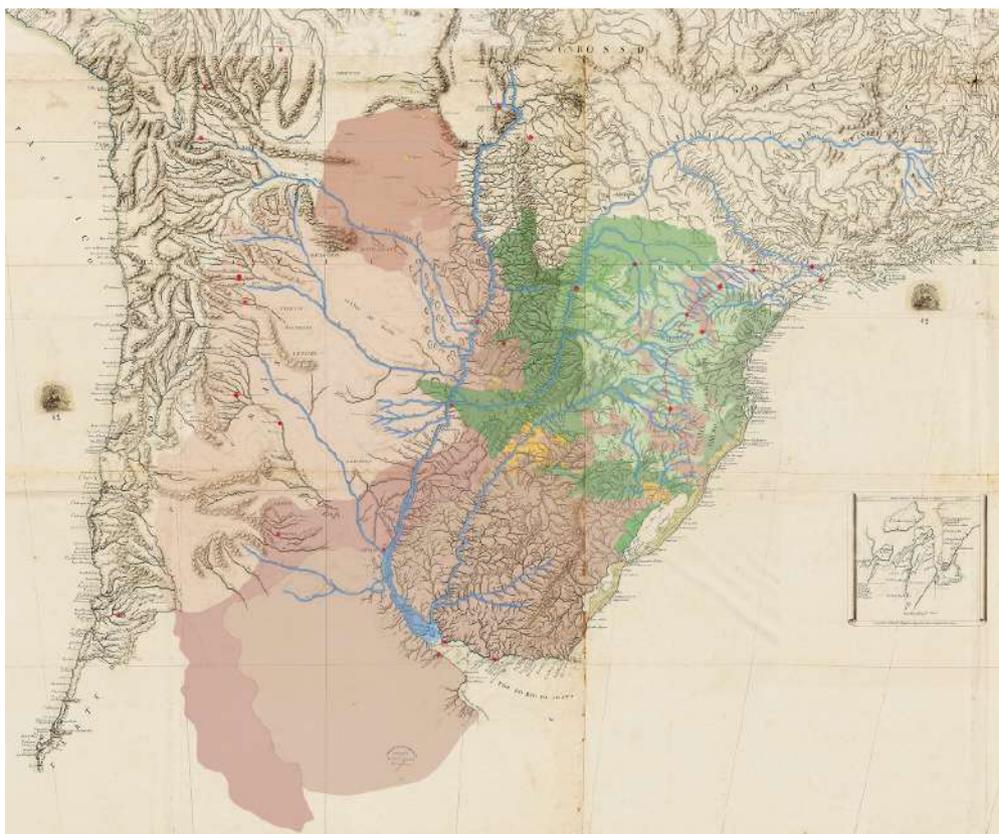


Figura 2 – Detalhe da *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199x202cm. Foram sobrepostas manchas fitogeográficas, destacados rios, o Caminho do Viamão e a rede urbana.

Como já dissemos, o caminho do gado bordeava a "Foz do Rio da Prata" desde "Colonia Del Sacram<sup>to</sup>", seguia para "Ciud. de S. Filipe" (Montevideú), margeava a lagoa "Merym" até a "V<sup>o</sup>. do Rio Grande de S. Pedro", prosseguindo pelas margens da "Lagoa dos Patos" até a Capela de "Viamão", e, dali, da pantanosa várzea entre o rio "Porto Alegre" e o "R. dos Sinos" subia a "Serra de Viamão" para dilatar-se nos "Campos de Vacaria" em direção à Freguesia de "N. S<sup>o</sup>. da Oliveira" (junto do "R. das Pelotas") até a "V<sup>o</sup>. das Lages". De chão de terra pisada, nos Campos de Lages (na

chamada Coxilha Rica) o caminho era guarnecido de corredores<sup>63</sup> de pedra para impedir que o rebanho se espalhasse. Da "V<sup>o</sup>. das Lages" seguia até "St. An<sup>o</sup>. das Lapas", bifurcando-se para a "V<sup>o</sup>. de Curitiba", e dali para a "V<sup>o</sup>. de Paranaguá" em direção aos portos da marinha. Mas seu eixo principal prosseguia serra acima até a "V<sup>o</sup>. de Castro" e "Itapeva ou Faxina", cruzando o "R. Ytapitininga" em "Pescaria", atingindo a "V<sup>o</sup>. Ytapitinga" e finalmente chegando à Vila de "Sorocaba".

Os 1.500 quilômetros do caminho de Viamão a Sorocaba extrapolavam fronteiras interimperiais, totalizando 1.750 quilômetros, numa macrozona que se estendia ao atual Uruguai, configurando uma paisagem cultural típica do criatório e do tropeirismo inter-regional e transfronteiriça, ainda carente de preservação em seu conjunto.

Fugindo do estereótipo homogêneo consolidado no imaginário coletivo, essa paisagem é rica em diversidade. Os topônimos registrados na *Carta Geral do Brasil* de 1797 dão pistas de uma geomorfologia e vegetação heterogêneas, aludindo a serras, campos e matas que nosso estudo demonstrou tratar-se de florestas ombrófilas mistas entremeadas a zonas de pastos naturais, com ondulações e modulações variadas.

Do ponto de vista humano, a toponímia alude reiteradamente à economia do criatório e ao tropeirismo – "R. dos Touros", "Campos de Vacaria", "Caminho das Boyadas", "Curralinho", "Curral da Contagem", "Conta-Dinheiros", "alto dos Tributos", "potreiros", "ranchos", "charqueada" –, por vezes valendo-se de nomes castelhanos, como "cochilhas" ou "estrada do Serrito" que, nas entrelinhas do discurso cartográfico oficial, revelam os encontros culturais ali existentes, a despeito das fronteiras políticas.<sup>64</sup>

Por outro lado, abundam topônimos como "R. do Inferno" e "R. das Caveiras", indicativos das agruras das viagens, demonstrando que a suavidade das pradarias era de quando em quando interrompida por "mata" (como a "Mata de S. João", por exemplo), serras de montes grandes, "bosques" (como os "Bosques de Yacuy"), capões, faxinal, espigões, chapadas, ravinas, arroios singelos ou rios caudalosos bravos, desafiando tropeiros e causando quedas às tropas e às cargas.

Essa macrozona do criatório era muito irrigada por rios perpendiculares ao caminho, impondo desafios na transposição das chamadas passagens, ora a vau (a nado), ora em canoas, ora em "pelotas".

A partir de Lages, os campos entremeavam-se a áreas complexas de serras abruptas e matas. O grande desafio era transpor a Serra do Espigão em Santa Catarina e as Barreiras do Itararé no Paraná, além da mata fechada em diversos trechos da viagem.

De Itapeva até Itapetininga predominava uma zona mista de floresta e campos e, desde então, até Sorocaba, estendiam-se os vastos Campos Paulistas, facilitando a viagem e as invernadas do rebanho.

63. Herberts (2012).

64. Sobre fronteiras políticas e culturais, cf. Osório (2007).

## PAISAGENS TOPONÍMICAS

Percorrendo topônimos em sua capacidade de evocar o caráter dos lugares e desenhar paisagens, imaginemos o *Roteiro que se fez do Caminho do Certaõ que principia na Patrulha aonde se acha o Curral da Contage, pegado ao Rio do Sino, p<sup>o</sup>. entrar a sobir a Serra, e seguir p<sup>o</sup>. Corituba, e São Paulo, anno de 1745*, documento manuscrito localizado na Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade. De autoria desconhecida, o documento introduz a variável tempo na logística do percurso, entremeado por descrições minuciosas das dificuldades enfrentadas em sertões dilatados. Nele, o viajante percorre o caminho de Viamão a Curitiba em doze meses, de fevereiro de 1745 a fevereiro de 1746.

28/02/1745 – Fevereiro

Seguimos o caminho pela borda do *Rio do Sino* [R. dos Sinos] [...] tudo *pântano* [...] à *noroeste torna-se barrancoso, perigoso passar estando embaixo d'água*. Logo vai subindo ao alto para o Norte [...] seguindo para o *mato para cima por um grande morro* [...]; *pedra miúda, cascalho* [...] *rio arrebatado, furioso, lageado, pedregulho, dando pelo joelho do cavalo* já é perigoso passar.

Março

[...] Seguimos deste arroio campestre para diante pelo rumo de Noroeste, ao alto *morro da Cacimba* de demasiada altura da parte de lá, e tão perigoso, e na descida é tão despenhado que poucos se atrevem a descê-lo sem perigo. [...] até o *Curralinho*, pelo rumo direito, serão 5 léguas, pelas voltas passam de 8, e muitos perigos: não tem rio, nem arroio nessas *baixadas*. [...] Saímos deste *Curralinho* fazendo caminho para Noroeste até o *alto da Samambaia*, *montanhas cada vez mais perigosas*, e de *grandes pradarias* e aqui caminhamos para o Nordeste até o *Conta-Dinheiros*, que tem este nome por ser pedrinhas muito finas como dinheiro [...]; fomos entrando para o taquaral *três léguas boas de maus caminhos, pântanos, subidas e descidas*, mas sem perigo, e saímos fora fechando o ponto a esta *rigorosa serra* bem a oes'noroeste.

Paramos neste *campo* [...] *para descansar os cavalos*; terá este *campo* ao que mostra *cercada com a Serra, que costeia o mar*, e o *Campo da Vacaria* até descer para este *Viamão*, pela corda de Jacuhy que costeia a mesma *Serra 30 léguas em redondo* [...] achamos logo o *Rio de Santa Cruz* com grande água, e *com perigo nos lançamos a ele para segurarmos os cavalos* da parte de lá. Achamos logo *outro arroio*, entre o qual pousamos neste *Rancho Queimado*. [...] Descansamos aqui, e saímos hoje a passar o *arroio de Pedro da Silva no potreiro à direita da Estrada*, cujo arroio é grandes cabeceiras do mesmo *Santa Cruz*, correndo a Nor'nordeste e aqui *paramos*.

Abril

Saímos destes campos buscando a estrada do Serrito correndo para o Noroeste [...] correndo para Nor'nordeste fomos a passar o Rio das Tainhas, [...] muito furioso, e arrebatado por cachoeiras, entre este há vários arroios pequeninos de que se não pode fazer menção [...] saímos deste campo das Mostardas, correndo para o Noroeste, até o Barranco do Rio das Camisas, uma descida muito fragosa, e de muito perigo. O rio é largo, cachoeiras com muita pedra e buracos.

Passamos este Rio das Camisas com bom tempo e pouca água, com perigo de alguns camaradas, que caíram ao Rio, cavalos mansos e alguns mortos. Subimos da parte de lá morro muito alto de barro vermelho, escorrega muito, mato e faxinal [...] neste campo há um morro alto, que dele se avista muita parte do sertão, e Vacaria; correndo sempre para o Norte e Noroeste [...] este Rio das Camisas tem este nome por perder um homem nele umas camisas. Saímos deste campo a descer para o Rio da Anta por uma serra de pedras despenhada; passamos o Rio todo de Pedras mui perigoso, e nele tem morrido bastante gente afogada: tem este mato até o Rio duas léguas; logo passamos uma restinga pequena de mato entramos no Campo da Vacaria, viemos a dormir no Rancho do Matemático, aonde o celebrado Loureiro matou os castelhanos, que o trouxeram das Missões; a estes rios ninguém se atreva cheios: chama-se da Anta por se matar nele uma Anta. Passamos aqui todo o maio até 14 de junho: falhamos por causa do inverno.<sup>65</sup> (grifo nosso)

Com mapa (Figura 3) e relato em mãos, nesse trecho de "Viamão" até o "R. do Inferno" ("R. das Pelotas") nota-se uma toponímia e códigos de representação que aludem a enquadramentos paisagísticos bastante diversificados e a muitas dificuldades: a "Serra de Viamão" (com inscrição em caixa alta, representada com ondulações montanhosas e destacada em verde), o Campo do Viamão (primeira mancha em tons terrosos, sem inscrição) e os "Campos de Vacaria" (segunda mancha em tons terrosos, com inscrição em caixa baixa, talvez aludindo à suavidade das coxilhas). O longo trecho foi percorrido de fevereiro a maio de 1745, e ali passaram até 14 de junho por causa do inverno.

A partir de junho a comitiva enveredou nos Campos da "V<sup>o</sup> das Lages" (também conhecidos como Campos dos Padres), percorrendo a terceira mancha de tons terrosos – até hoje um dos trechos mais bonitos da viagem, não por acaso chamado de Coxilha Rica, estendendo-se do "R. das Pelotas" e fletindo à Nordeste para o "R. do Inferno" até a altura da "V<sup>o</sup> das Lages".

"Campo aprazível, muito alegre", a Coxilha Rica tinha lá seus desafios. Transposto a vau, a mularia cruzava o rio Pelotas, nadando com água até as orelhas. O rio tem oito metros de profundidade e setenta metros de largura e não por acaso é a divisa entre os estados do Rio Grande Sul e Santa Catarina. O nome alude ao tipo de embarcação ali predominante, chamada de "pelota", vista em primeiro plano na imagem de Debret (Figura 4).

65. Roteiro que se fez do caminho do sertão que principia da Patrulha onde se acha o Curral da Contagem, pegado ao rio do Sino, para entrar a subir na Serra e seguir para Curitiba e São Paulo no ano de 1745. Dimensão: 33cm × 21cm. Acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade.

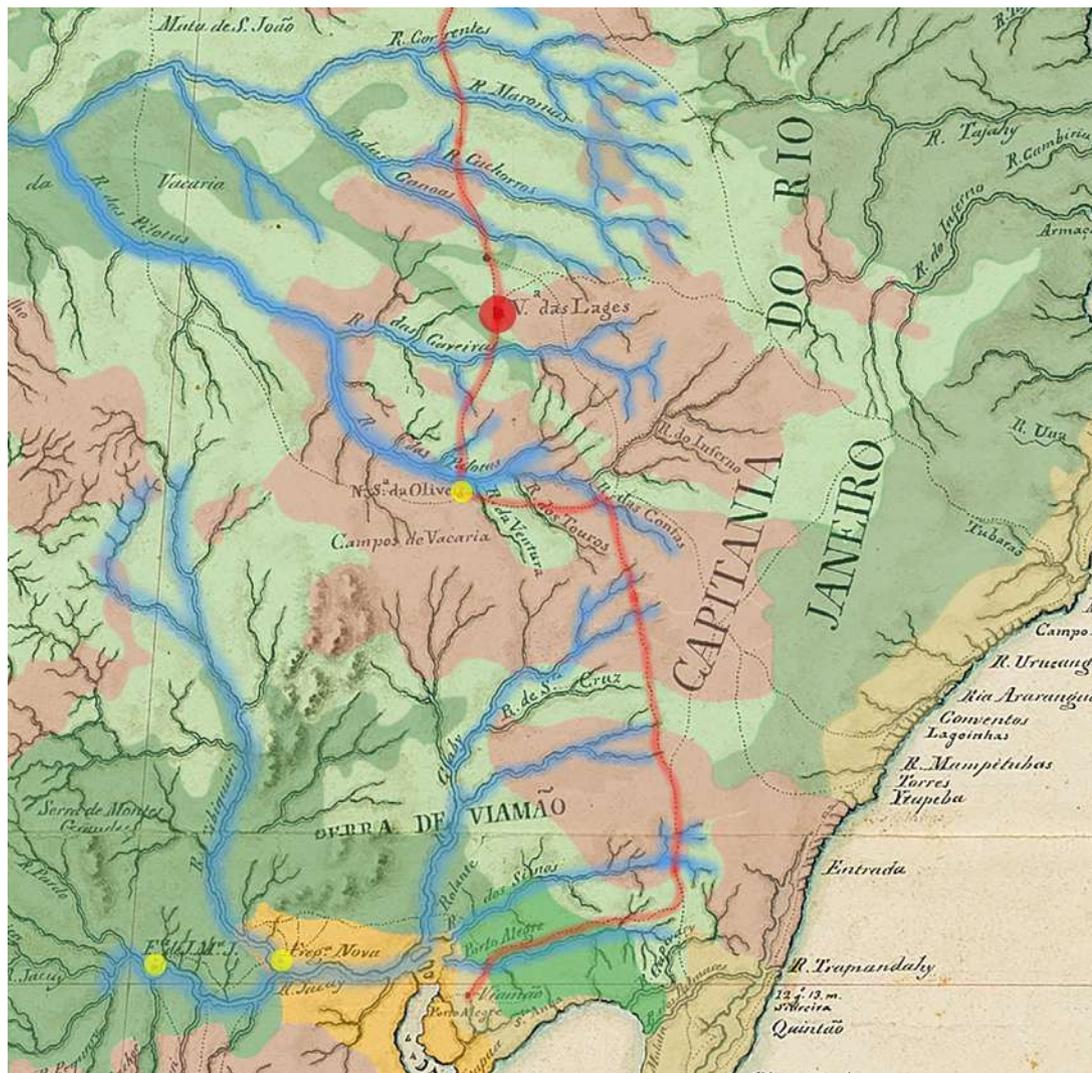


Figura 3 – Detalhe da *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199x202cm. De Viamão ao R. dos Sinos estendia-se a Serra de Viamão. Do "R. dos Sinos" até o "R. de S<sup>o</sup> Cruz" havia os chamados Campos do Viamão. A partir do "R. de S<sup>o</sup> Cruz" até o "R. das Pelotas" situavam-se os Campos de Vacaria. Entre o "R. das Pelotas" e o "R. das Canoas" encontra-se a Coxilha Rica, com cem quilômetros de corredores de pedra ladeando o caminho das tropas, destacados pontilhados do "Rio do Inferno" à "V.ª das Lages".



Figura 4 – *Barque nomées Pelotas* (Embarcação chamada de pelotas); J.-B. Debret, 1823; aquarela; 15,7x24,5cm; MEA 0303. Museu Castro Maya. Vê-se ao fundo o rebanho atravessando a vau (a nado) e, no primeiro plano, os africanos escravizados puxando a embarcação que dava nome ao "R. das Pelotas".

Transpondo-se o afluente do "R. das Pelotas" e do "Rio do Inferno", adentrava-se na Coxilha Rica em Santa Catarina, uma vasta região de campos, até hoje muito preservada, quase parada no tempo. Também chamada de Campo dos Padres, foi a rota dos jesuítas em fuga após serem expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, em 1759, deixando o rebanho pelo caminho que, tornando-se selvagem, deu origem ao chamado gado crioulo lageano típico da região.

#### *Junho*

Saímos caminhando para o nordeste [...] fomos a passar o *Rio do Inferno*, nome próprio: aquelas descidas de três quartos de léguas que *atolando alguns cavalos se fizeram em pedaços, caindo de cima do Rio*; o Rio em si é muito largo, de cachoeiras, no seu natural se passa de cavalo sem perigo: a subida da parte dela é muito perigosa [...] outra parte na largura de duas braças [...]

Agosto: falhamos.

Setembro

Saímos deste campo correndo para Oeste entre a passagem do Rio das Caveiras [...], de lá corre o caminho por uma restinga de mato meia légua direito ao Noroeste, até subir o alto dos Tributos [...] aliás não havia onde passar: andamos quatro léguas campo aprazível, muito alegre.

[22.09] falhamos até o dia 30, por causa das águas e trovoadas.

Saímos da estreitura destes tributos correndo para Noroeste [...] achamos um arroio barrancoso alagado pelo campo, a que pus este mesmo nome; foi-me preciso uma ponte para passar.<sup>66</sup> (grifo nosso)

Entre o "R. do Inferno" e o "R. das Caveiras" estendiam-se "campos aprazíveis e alegres", marcados até hoje por pastagem muito boa e rica em capim mimoso, entremeada por capões de serra e florestas de araucárias. Nos Campos de Lages (ou Campo dos Padres) as tropas paravam e engordavam após cerca de seiscentos quilômetros já percorridos. A paisagem não mudou e essas coxilhas ricas foram por séculos eleitas para invernada das manadas.

A Coxilha Rica situa-se no grande planalto que bordeia a Serra Geral, totalizando setenta quilômetros de campos de altitude à beira de precipícios, em paisagens de tirar o fôlego. Lugar isolado e contornado por abismos de meio quilômetro de profundidade, rodeia o atual município de Bom Retiro, em Santa Catarina, e é um mosaico de ecossistemas que mescla floresta ombrófila mista (matas de araucárias) e pradarias (campos de altitude). O trecho entre o rio das Pelotas e o atual município de Urupema, em Santa Catarina, próximo ao rio das Caveiras, é difícil, com caminhos trilhados passo a passo e patas enterradas na lama. Ali misturam-se arbustos de vassoura branca e bosques típicos de matas de altitude que parecem florestas mágicas. À medida que se avança, as árvores vão sumindo. Ponto alto de Santa Catarina, morro acima, a paisagem surpreende pela rara beleza até atingir a não por acaso chamada Serra da Boa Vista.

No Campo dos Padres, epicentro da Coxilha Rica, estendem-se os corredores de taipa (Figura 5), muros de pedra que cercavam o caminho das tropas impedindo que o rebanho se espalhasse. Por cem quilômetros subjazem rasgando os campos, resistentes até hoje na paisagem. Construídos por africanos e indígenas escravizados, esses muros de pedra encaixada são sem dúvida o principal monumento do Caminho do Viamão.



Figura 5 – Corredores com cem quilômetros de muros de pedra bordeavam o caminho das tropas entre o "R. das Pelotas"/"R. do Inferno" e o "R. das Caveiras", próximo à "V<sup>o</sup>. das Lages". Fonte: Trindade (1992, p. 77).

Colinas suaves estendem-se até onde a vista alcança. De quando em quando fazendas centenárias preservam-se na Coxilha Rica, em meio aos corredores de pedra, num lugar que pouco mudou nestes trezentos anos, esquecido pelo tempo.

Como se pode ver no detalhe da *Nova Lusitânia*, o trecho seguinte, entre o "R. das Caveiras" e o "R. das Canoas", volta a ser de mata, impondo novamente desafios ao viajante. Junto do atual município de Alfredo Wagner, em Santa Catarina, o "R. das Canoas" era terreno escorregadio, cercado por monumentos naturais que lembram Soldados de Pedra.

[...] Passamos este *Rio das Canoas* pelo *barranco* de lá ser *muito alto*, só se empurrava os cavalos 'a tombos' para o *Rio* que levava muita água do monte; perdemos a tropa pela sua corrente; os primeiros 17 cavalos se foram rio abaixo já sem esperança. [...] me certificou um paulista Francisco Nunes de Curitiba, descera por ele abaixo 3 dias e deram em um *aldeia*, onde acharam *muito gado* [...] seguimos para o chamado *Campo dos índios* [...] saímos deste campo para adentrar em uma *restinga de mato* caminho de Norte [...] *Rio dos Cachorros*, que se passa em uma cachoeira com menos largura que uma barca e dali abaixo não se vê mais sinal dele.<sup>67</sup> (grifo nosso)

O detalhe do mapa *Nova Lusitânia* revela também que do "R. das Canoas" ao "R. dos Cachorros" voltava a ser zona de campos, o chamado "Campo dos Índios". Do "R. dos Cachorros" em diante começava o pior trecho da viagem, envolvendo uma sequência de matas ("Mata de S. João", "Mata de Guaiipi") amalgamadas ao "grande espigão de pedraria" que compõe o Planalto Serrano, divisor de águas com muitas aguadas. A Serra do Espigão, parte da Serra Geral, dava medo porque era palco de frequentes ataques dos bugres. Os Coroados (assim denominados pelos paulistas) eram os mais temidos. Nela, córregos e barrancos provocavam quedas das mulas e cavalos e tornavam a viagem mais lenta por trilhas no meio da mata, que afunilavam-se com muita lama e atoleiros. J. B. Debret (Figura 6) representou os temidos Coroados em sinal de combate, com todos seus elementos diacríticos, envoltos por mata de árvores troncudas e raízes grandes junto de grotas, tendo a Serra do Espigão ao fundo. Essas trilhas no espigão de pedraria eram perfeitas para emboscadas de indígenas. A passo lento, a tropa ali ficava encurralada nos valos fundos, sem possibilidade de defesa.

O Morro da Boa Vista (atual Serra da Boa Vista) tem 1.827 metros de altitude. Nesse trecho o tempo muda e a viração traz um nevoeiro espesso, parado na garganta dos cânions, que dificulta a visão e impede o viajante de prosseguir. A temperatura ali é congelante.



Figura 6 – *Le signal du combat* – Coroados (Sinal de combate – Coroados); J. B. Debret, 1827. Aquarela; 27,2x21,8cm; MEA 0030. Museu Castro Maya.

Novembro

Formou-se uma grande trovoada de relâmpagos e raios que parecia Deus nos queria ali acabar com todos.

Primeiro Campo de São João

Entramos neste decantado *mato de São João*, corre a entrada para o norte, nordeste, subimos um *morrete que acompanha um grande espigão de pedraria* [...] que pela distância para o mar, pouco mais ou menos tem aquela margem *8 ou 10 léguas*, e no meio um morro alto. [...]

Esta entrada que seguimos pelo *mato de São João*, por este espigão é bom; o *Caminho vai sempre até o Tibagy* de Nordeste para o Norte, entre este *mato há dois arroios pequenos* [...] tem uma *descida para este Rio muito perigosa, de barro escorregadio* [...]. Este Salto se sobe *atravessando uma pessoa só, faz um degrau com perto de uma vara de alto, que se faz uma calçada para baixo para os cavalos poderem passar* em cima logo tem uma *Chapada grande*, que vai acompanhando tal morro seguindo do Norte [...]

Passamos este *Ribeirão de areia* [...] levando água é *violento*, entramos no *mato de guaipe*, é *grosso, pantanoso* e em pouca distância tem outro *arroio de barranco* [...] quase na saída tem um salto de pedra ainda que não tem perigo, mas é preciso cuidado [...] Nesta tarde fui ver o *Rio Negro*, no seu natural parece manso, não corre, mas subindo ao barranco, os cachorros não podem passar [...] fomos passar o Rio [...] e deitamos ainda com canoas; é preciso botar os cavalos à parte de cima, que apenas nadando se veem as orelhas [...] tem-se perdido muitas tropas neste rio [...] saímos deste *Rio dos Patos* [...] Saí desta Vila [Lapa] para a *Serra de Paranaguá* [...].<sup>68</sup> (grifo nosso)

O "R. Negro" é até hoje o divisor entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná, outrora parte da Capitania de São Paulo. A passagem dos animais é a vau, com o rebanho nadando com água até as orelhas. Após o "R. dos Patos" acessava-se a "Vila de "S<sup>t</sup> An<sup>to</sup>. das Lapas", de onde podia-se seguir em frente ou ir para o porto da "V<sup>a</sup>. de Parnaguá" (Paranaguá) pelo "Caminho das Boyadas", como se vê no detalhe do mapa-base (Figura 7).

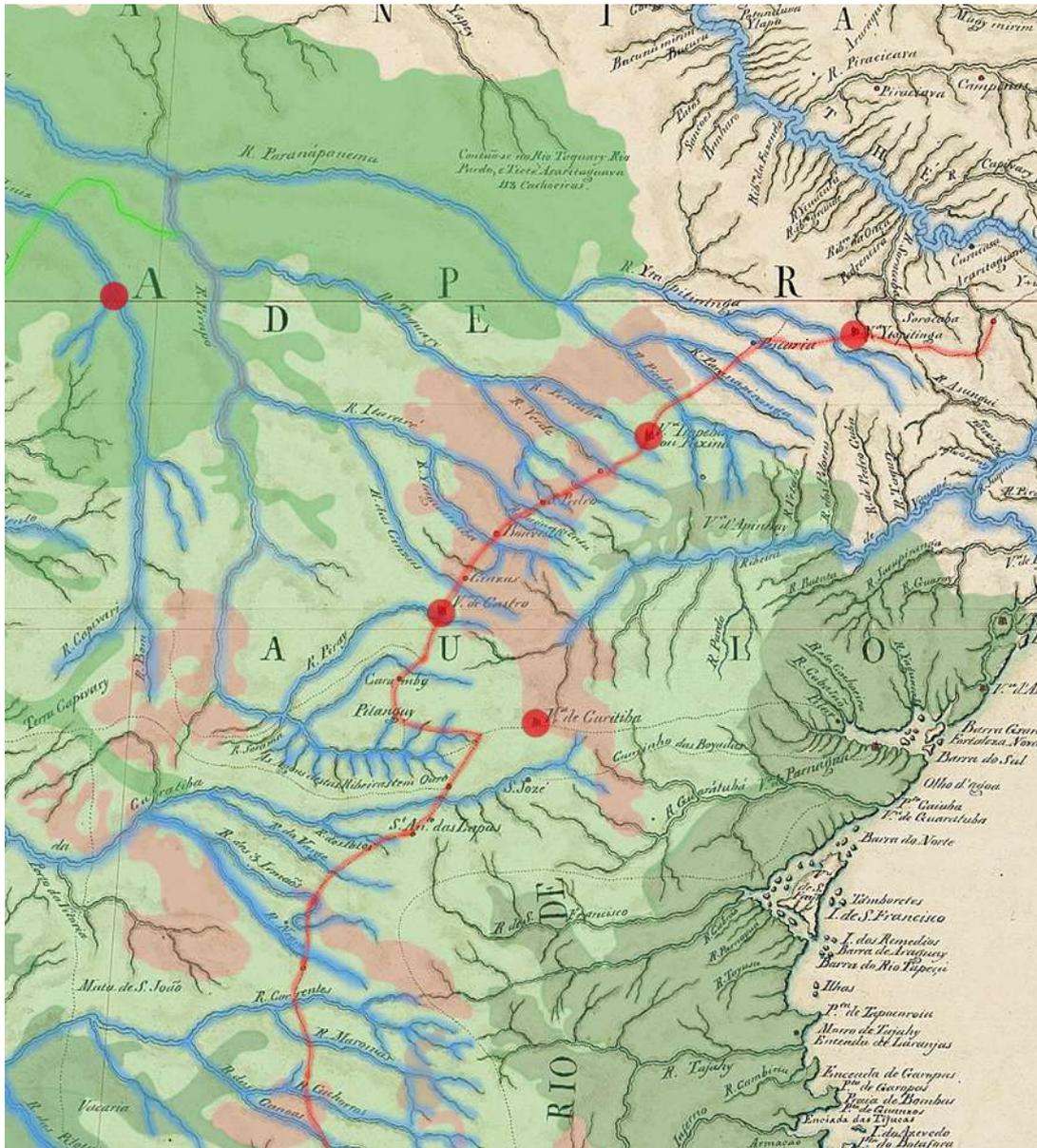


Figura 7 – Detalhe da Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portugueza e Estado do Brazil. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199x202cm. Trecho da Vila de "S. An.º das Lapas.", de onde o caminho seguia em frente até a "V. Itapiba ou Faxina" e dali à "V. Itapitinga" (Itapetininga) e "Sorocaba". Ou ramificava-se para os portos da marinha, como o da "V. de Parnaguá", pelo chamado "Caminho das Boyadas".

A partir da Vila de "S'. An<sup>to</sup> das Lapas", no atual Paraná, o caminho voltava a ficar difícil, pelo menos até a "V<sup>a</sup>. de Castro". Uma sequência de campos margeava rios ("de Cambiju", "do Ribeirão" e "de Caramby"), que foram destacados tanto no relato como na *Nova Lusitânia* (Figura 8). No trecho Lapa-Castro alinhavam-se casas, sítios e fazendas junto do Caminho das Tropas, dando pouso aos viajantes.

#### Janeiro

[...] Segui a estrada deste *Sítio dos Porcos* a direita caminhando para o Norte, entrei no *Campo de Cambiju*, achei um *arroio pequeno de pedras* [...] seguimos pelo mesmo rumo, chegamos a um *arroio fundo*, andaríamos *quatro léguas* [...]

Passamos este *Rio Pitanguy*, muito *perigoso*; *subindo o Campo do Ribeirão* fica a *casa à direita da estrada*, fomos caminhando para noroeste, entramos no *Campo de Caramby*, com as *casas à direita*.

Saímos deste *Rio* caminhando para o Noroeste a *subirmos o morro das Furnas de pedra muito alta*, *escorrega muito*, e os  *cavalos que caem por ele abaixo fazem-se em pedaços: todos sobem a pé*.

Saímos deste sítio caminhando para Noroeste, *bom caminho* pousamos na *Fazenda nova*.<sup>69</sup> (grifo nosso)

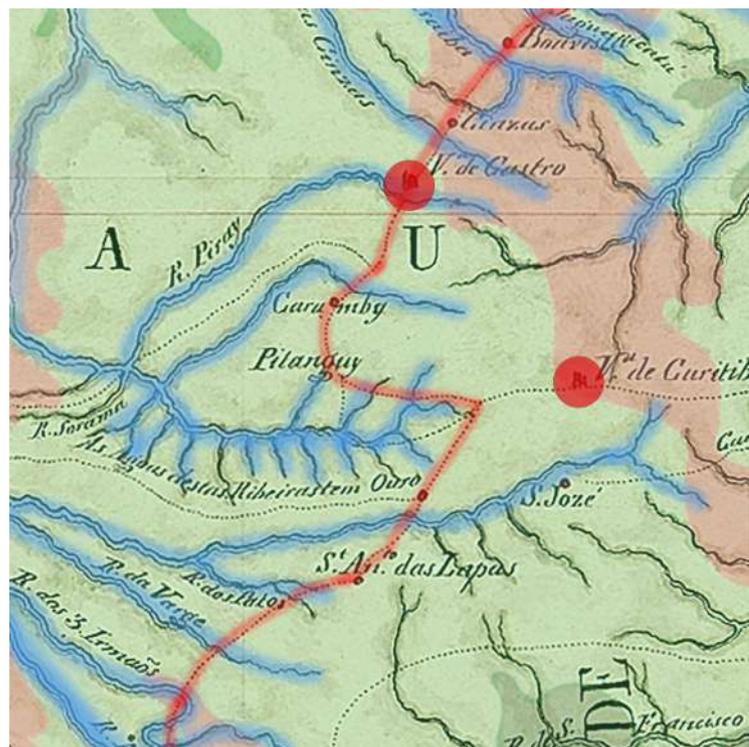


Figura 8 – Detalhe da *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199x202cm. Trecho do rio "Pitanguy", no qual constam "As agoas destas Ribeiras tem Ouro", e do Campo de "Caramby" até o "R. das Cinzas", entre as Vilas de Lapa e Castro (Iapó).

O trecho era muito difícil porque implicava a passagem do Morro das Furnas, de pedra muito alta e escorregadia, na qual os cavalos caíam fazendo-se em pedaços, obrigando que todos ali subissem a pé.

De Lapa até Castro são hoje duzentos quilômetros e cinco dias de marcha.

Passamos este *Rio do Sararé* [Itararé] com muito trabalho, subindo para a *fazenda de São Pedro* caminhando para o Nordeste e paramos da parte de lá do *Rio Verde*, andávamos quatro léguas: Campos.

No *Rio de Paranapitanga*, no verão dormimos no meio do Campo, junto a um arroio pequeno; passamos o *Rio de Piauby*, pousamos.<sup>70</sup> (grifo nosso)

O rio Itararé era outro marcador territorial (atual fronteira do Paraná e de São Paulo). A ravina com o rio ao fundo era transposta por uma simples pinguela, como se vê na aquarela de J.B. Debret. Embora nosso viajante de 1745 não descreva em pormenores a paisagem ao longo do rio Itararé, a imagem de Debret (Figura 9) coincide com o relato do naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que por ali passou na *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, realizada em 1820.

O Rio Itararé. O local onde é feita sua travessia fica situado no trecho compreendido entre as duas cascatas [...] foi construída uma pequena ponte por sobre a ravina, no fundo da qual corre a água; para atravessar a ponte os burros têm de descer vários planos sobre pedras chatas semelhante degraus [...] os viajantes costumam lançar pedras dentro da fenda deixada pelas rochas, a fim de calcular a que profundidade corre o rio [...] o Rio do Funil [...]. Não somente o Itararé forma, como já disse, o limite dos Campos Gerais, como também separa o distrito de Itapeva do de Castro, e a comarca de Itu da de Curitiba.<sup>71</sup>

Debret registra a floresta ombrófila mista muito densa no limite das províncias de São Paulo e Curitiba, bem como a precariedade da ponte de madeira sobre o desfiladeiro do Rio Itararé, numa zona marcada por imponente desnível topográfico que se estende por cerca de 260 quilômetros, com altitudes médias de 1.100 e 1.200 metros, entre taludes onde a erosão está associada a cânions, cachoeiras, corredeiras, grutas, cavernas e desfiladeiros. A aquarela revela também as mulas carregadas de buacas. Vê-se à esquerda uma com mala de capa, peça de couro ou de lona que envolvia o tropeiro e a carga, amarrada na parte traseira do arreio. Um pessuelo, espécie de alforje duplo de couro ou de lona, era usado na garupa, e nele o viajante levava roupas e outros objetos.

70. Ibid.

71. Saint-Hilaire (1978, p. 30-31).



Figura 9 – *Limite de la Province de St. Paul et de la Coritiba*. Aquarela sobre papel, 14,9x23,1 cm. assinada e datada embaixo à direita na margem inferior, "J. B. DeBret au Bresil 1827".

Passado o sufoco, como mencionam tanto o autor do relato de 1745 como Saint-Hilaire quase um século depois, na sequência havia léguas de campos. Outra aquarela de Debret (Figura 10) mostra o perfil dos Campos Gerais a partir da "V<sup>o</sup>. de Castro". A paisagem é caracterizada por uma planura sem fim nesse segundo planalto paranaense e o pintor representa um pouso noturno ao relento, no qual podemos perceber como os tropeiros arranchavam, sequenciando as canastras e as selas, formando assim um acampamento protegido. Usavam-se as peças dos arreios para preparar a cama para se deitar ou passar a noite no acampamento. À esquerda da imagem o tropeiro com chapelão e capa oriental está chamarreando, tomando um mate junto da fogueira. A capa oriental,<sup>72</sup> peça do vestuário, era confeccionada em tecido semelhante ao feltro; era impermeabilizada e de formato redondo, de modo a proteger da chuva tanto cavalo como cavaleiro. Nota-se o fogão usado especialmente nos acampamentos: fogo no chão, sob uma trempe de ferro para aquecer a água e cozinhar os alimentos. A trempe era uma armação de ferro, com quatro pernas e uma espécie de grade em cima, usada como fogão. Por vezes usava-se só o tripé, três hastes de ferro apoiadas umas nas outras, de modo que se mantinham em pé sobre o fogo, para pendurar a chaleira ou a panela. Nesse rincão, ponta de campo cercada de rios, matas ou quaisquer acidentes naturais, os animais podiam pastar e descansar com segurança. O cachorro consta na cena para dar o alarme. Ficamos imaginando o que se

cozinhava na fogueira à esquerda, formulando hipóteses sobre as estratégias de sobrevivência nessas longas viagens. O professor Nestor Goulart Reis Filho contou-nos que, nesses pousos, a comida era em geral manta de carne seca dessalgada em água fervida no fogareiro. O churrasco de carne seca era feito no fogo de chão. A manta de carne seca era transportada sob o pelego e sob a sela para afofar a montaria. Isso, somado ao feijão tropeiro, dava conta de alimentar a comitiva nos pousos ao relento pelo caminho.

73. *Ibid.*, p. 83.

74. *Ibid.*, p. 169.



Figura 10 – *Champ Nocturne sur Ytararé* (Campo noturno de Itararé); J.B. Debret au Brèsil, 1827. Aquarela, 12,2x22cm. MEA 0099. Museu Castro Maya.

Segundo Márcia Kersten,<sup>73</sup> num trajeto de aproximadamente 1.500 quilômetros desde Viamão a Sorocaba, o trecho mais difícil era o que separava o Rio Grande do Sul de Lapa. Por isso as tropas permaneciam nesses campos até que os animais recuperassem as forças para seguir adiante. As excelentes pastagens eram aproveitadas como internada para as numerosas tropas de gado bovino e muar, divididas em pontas de quinhentos e seiscentos animais.

Os chamados Campos Gerais se estendem de Castro até Faxina, mas a partir do rio Itararé chamavam-se Campos Paulistas. Veem-se capões, pequenos bosques no meio dos campos. As sesteadas,<sup>74</sup> breves repousos e refeições feitas em paradas já previamente conhecidas pelos tropeiros, eram feitas em determinados lugares. Assim, os sesteados diferem do acampamento noturno por seu caráter mais transitório.

75. *Roteiro que se fez do caminho do sertão que principia da Patrulha onde se acha o Curral da Contagem, pegado ao rio do Sino, para entrar a subir na Serra e seguir para Curitiba e São Paulo no ano de 1745.*

76. Cabral, op. cit., p. 118.

77. Gil (2009, p. 48-49).

Passamos o *Rio Taquari*, é largo, passa de área e muitos peixes. Passamos o *Rio de Piauby*, pousamos.

[Rio Paranapanema] [...] não achei pé: daí forma tal Rio com grandeza, daí vieram cinco dias de viagem abaixo, é tão largo quanto Tibiquari, Caxoeiras e muito arrebatados. Ao nascer desta lage direita ao sul faz logo uma volta correndo entre Rio para o Norte.

Seguimos deste *campo caminhando* para Noroeste passamos a *Fazenda e Rio de Parana-pitanga*. No verão dormimos no meio do *Campo*, junto a um arroio pequeno.

Fevereiro

Saímos deste *arroio pitanga* caminhando para o norte entre o *Rio Panapanema*, *rio manso*, enche e alaga meia légua pelo campo. Na *ponte* dela tem uma subida alta de barro que caminha sobre a direita para Nordeste, e paramos neste *Campo da Faxina*. *Aqui fiquei 54 dias a descansar a tropa, e não fiz mais roteiro*. Fiz experiências por voltas [...] sempre buscando Norte e noroeste, pontos fixos.<sup>75</sup> (grifo nosso)

Nosso viajante menciona que as tropas chegaram no "Campo da Faxina" em fevereiro de 1746, depois de um ano de viagem, e ali os tropeiros deixaram o rebanho descansar por quase dois meses para vendê-lo na Feira de Sorocaba. Nessa etapa da viagem nem tudo eram flores e os relatos de outros viajantes aludem à mata de quando em quando e a ataques de indígenas.

Segundo *A Estatística da Imperial Província de São Paulo*,<sup>76</sup> a feira na vila de Sorocaba começava em novembro e durava até abril. Esse era o período de sua maior força, em pleno verão. Os negócios das tropas preferencialmente se concentravam na primavera e no fim do verão, driblando o severo inverno do sul. Segundo Tiago Gil, a

grande maioria das tropas, cerca de 70%, passou na primavera e no verão. Apenas 7% no outono. Mas no rigoroso inverno, de ventos fortes, chuvas contínuas e frio, 21% das tropas estavam em Curitiba. Importa, contudo, salientar que a maioria destas passou em setembro, quando já se encerravam os rigores do inverno [...]. A correspondência produzida por Manuel José, Antonio Francisco de Aguiar e Antonio Manuel Fernandes da Silva, da administração da Casa Doada, indica duas estações claras: verão e inverno. O verão era o tempo da chegada das tropas e isso começava em setembro, talvez fins de agosto. O inverno [...] é o tempo do desengano dos tropeiros [...]. Esse período é consagrado no mundo dos tropeiros com a expressão *invernada*, momento de a tropa parar e evitar a mortandade dos animais [...].<sup>77</sup>

Ao que tudo indica, nosso viajante seguiu o padrão, percorrendo o caminho de fevereiro de 1745 a fevereiro de 1746, transpondo assim o trecho mais frio em pleno outono e inverno, o que o obrigou a fazer duas invernações: uma de maio a junho nos Campos de Vacaria e outra em agosto nos Campos de Lages, em plena Coxilha Rica, dando continuidade ao périplo em setembro com a entrada da primavera. Essas estratégias de sobrevivência levavam em conta o frio, a temporada das chuvas, que tornava os rios intransponíveis, bem como a necessidade de descanso da tropeada para engordar e manter-se atraente para a venda. Isso posto, uma terceira invernação foi realizada no Campo da Faxina, onde nosso viajante chegou em fevereiro, optando por descansar a tropa por 54 dias antes de acessar a Feira de Sorocaba, pois a temporada de vendas estendia-se até abril.

Em sentido inverso, um dos relatos mais interessantes é o *Itinerário da Cidade de Sam Paulo para o Contin.<sup>te</sup> de Viamão, feito por um práctico*, datado de 1773, também de autor desconhecido, e localizado na Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade. Para além da variável tempo, o práctico introduz a variável distância (em léguas), detalhando a rede fluvial e as passagens sobre os rios (a vau ou em canoas), além dos pousos, classificados em "suficiente", "d<sup>o</sup> comodo", "bonz comodos" e "fraco rancho".

Itinerário aproximado de Sorocaba a Itapetininga: De Sorocaba a Pedro Antunes, sítio... 3 léguas. De Pedro Antunes ao Rio Sarapuú... 3 léguas. Desse rio a Lambari, venda... 3 léguas. De Lambari a Itapetininga, cidade... 3 léguas 12 léguas.

Da *Cidade de S. Paulo à passagem da Cotia*. De Cotia à Paiol (atual Paiol Grande). De Paiol aos Olhos d'água. Dos Olhos d'água a Sorocaba. De Sorocaba ao Iperó. Do Iperó ao Rio Sarapuú. De Lambery ao Rio Itapetininga (canoa para passagem). De Itapetininga à Pescaria. Da Pescaria a Pernapitanga (cruzava-se o rio Paranapanema de canoa). De Pernapitanga à Escaramuça. *Em meio caminho se passa um rio e tem canoa*. De Escaramuça ao Rio Taquari. *Este rio ordinariamente se passa a vão [sic vau], mas também tem canoas*. Do Rio Taquari ao Rio do Pirituba [Rio de Gerituba]. *Este rio se passa a vão [vau]*. Do Pirituba à Fazenda do Rio Verde. Desta fazenda à de São Paulo. Daqui à Fazenda de Morongaba. Daqui à Fazenda da Boa Vista. *Em meio caminho se passa o Rio Jaguaricatu (Tuguaricatú) [afluente do Itararé] que dá vão [vau], e também tem canoa.*<sup>78</sup> (grifo nosso)

Na região de Curitiba o relevo se torna desigual e as verdejantes pastagens são substituídas por sombrias e imponentes matas, como se vê, por exemplo, no rio Jaguaricatu, representado por Debret, bem como ainda hoje junto ao rio Paranapanema. Ladeado por profusa floresta ombrófila mista, o rio Jaguaricatu era transposto a vau, com escravizados carregando a carga nos ombros. Na imagem de Debret podemos ver a quantidade de gente que compunha a comitiva: a

79. Prado, op. cit., p. 83. Sobre as dúvidas relativas às viagens de Debret e sua presença nos lugares retratados, além das razões pelas quais as aquarelas são fonte fundamental deste artigo, também merece leitura a posição de Trindade (1996, p. 89-107).

80. Prado (1973).

maioria africanos escravizados fazendo o serviço pesado. Canastras e bruacas eram levadas pelos escravizados nas costas para não molhar (Figura 11).

Segundo João Fernando de Almeida Prado, a contribuição iconográfica de Debret referente à Quinta Comarca de São Paulo merece ressalvas para que não seja tomada ao pé da letra como um duplo da realidade. Embora o autor destaque que "nos desenhos o contingente imaginoso é mínimo",<sup>79</sup> chama a atenção, por exemplo, para a inverossimilhança da paisagem do rio Jaguaricatu, cuja vegetação talvez tenha sido emprestada do Rio Paraíba, para lhe conferir mais vistoso porte.<sup>80</sup>



Figura 11 – *Jaguarhy catu Coritiba*. Aquarela sobre papel, 14,4x21,8cm; assinada e datada embaixo à direita, "J.B. DeBret au Brezil 1827". O rio Jaguaricatu é um afluente do Itararé, no Paraná. Vê-se a tropa cruzando o rio a vau.

Se o trecho não recebeu descrição pormenorizada do nosso prático de 1773, mereceu especial atenção de Auguste Saint-Hilaire em 1820, corroborando a imagem de Debret e contrariando Almeida Prado:

Depois de atravessar uma mata bastante sombria, cheguei ao Rio Jaguaricatu, um dos afluentes do Itararé. Esse rio, de pouca largura, é vadeável na época da seca, mas após chuvas prolongadas ele se torna tão caudaloso que os cavalos e burros não podem atravessá-lo a nado sem o risco de serem arrastados pela corrente [...] Quando cheguei à sua beira, as águas tinham baixado um pouco de volume, minha bagagem foi transportada numa canoa e os burros atravessaram a corrente a nado. [...].

Mal alcancei a outra margem do Jaguaricatu entrei numa mata onde o caminho era quase impraticável. Nenhuma árvore havia jamais sido cortada ali, e os viajantes tinham aberto uma passagem por entre os troncos menos próximos uns dos outros. A densa folhagem impedia que o sol secasse a lama, e os burros se atolavam a todo momento em fundos buracos. [...] passei por uma cruz [...] não muito longe do local onde algumas pessoas haviam sido mortas pelos índios selvagens [...].<sup>81</sup>

81. Saint-Hilaire, op. cit., p. 33.

82. Ibid., p. 34.

83. *Itinerário da cidade de São Paulo para o continente de Viamão, feito por um práctico, 1773.*

Segundo Saint-Hilaire, em meio à "mata bastante sombria", a passagem do rio Jaguaricatu não exigia pedágio, pois usava-se uma canoa que ali ficava escondida dos bugres e os burros cruzavam a nado. Mas no Rio Jaguariáiba, mais adiante, havia um porto e pedágio, como era frequente em rios mais caudalosos. Nesse caso eram operados por um português, dono de uma pequena venda do outro lado do rio.<sup>82</sup>

Deixemos Saint-Hilaire e retomemos o itinerário de nosso práctico de 1773, repassando brevemente seus pontos de parada e respectivos topônimos:

*Deste Rio ao de Jaguariáiba. Este Rio passa-se em canoas. Daí a Fazenda das Cizas [Rio da Cinza]. Daí à Fazenda das Furnas. Das Furnas ao Rio Pirai. Este Rio passa-se a vão [vau]. De Pirai ao Rio de Iapó. Este Rio dá vão [vau] e tem canoas.*

*Daqui à Fazenda de Caranvy. De Caranvy à Fazenda de Pitangui que foi dos Padres. De Pitangui [rio] à 1ª Fazenda do defunto Tavares. Daqui à 2ª Fazenda do dito defunto. Desta fazenda à São Luiz. De São Luiz ao Rio do Regimento de Curitiba.*

*Este Rio tem canoas. De Curitiba ao Rio dos Pastos. Do Rio dos Pastos ao Campo do Tenente. Em meio caminho fica o Rio da Varzea, passa-se em canoa, e há ali moradores vizinhos onde se faz provimento para se passar adiante. Daí aos Três Irmãos. Dos Três Irmãos ao Rio Negro [separa Paraná e Santa Catarina]. Este Rio Caudaloso tem canoas e alguns moradores que vendem alguns poucos gêneros. Daqui ao Currealinho. Segue-se o Sertão e entra-se no mato de São Lourenço, que tem de muito mal caminho. Daqui se passa aí pousar onde chamam de Sepultura. Daqui se entra no mato de Guaraijú que tem 3 léguas. Não se pousa senão no rodeiro de Guaraijú. Daqui se entra nos matos da Estiva que terá um dia de viagem, e poderá ter de muito ruim o caminho. Aqui se pousa no Campo chamado da Estiva onde há um fraco rancho. Daqui se entra nos matos de São João [...] pousa-se onde sucede. Daqui se seguem os nove Campestres, entre todos terão. Em qualquer deles se faz pouso. Daqui se entra nos matos do Espigão, que terão um dia de viagem pouco mais ou menos.<sup>83</sup> (grifo nosso)*

Aqui o trecho da Serra do Espigão é mencionado no relato anterior de 1745.

84. Ibid.

85. Ibid.

*Acabaram-se os matos grandes e daí por diante tudo são campestres e restinga até chegar aos Campos dos Curitibaos, e não há pouso certo. Dorme-se no Campo onde sucede, serão quatro dias de viagem pouco mais, ou menos. Daqui se passa até o Rio das Canoas, e também não há pouso certo nem cômodo, tudo deve ir de Curitiba, que serão doze dias de viagem. O dito Rio das Canoas é grande, passa-se em canoas, sucede acharam-se no Porto, porque muitas vezes as levam o Rio; estas costumam ser pouco suficientes, e não passa mais que uma só, limitada a carga de cada vez. Daqui se passa ao Ribeirão e aos Campos das Pombas que serão...*

Daqui se vai aos tributos, taperas antigas e terá.

Daqui se vai ao Rio das Caveiras, último Rio da Capitania de São Paulo, este rio da vão [vau] em muitas partes. Daí se vai à tapera do Defunto Carvalho, que é o limite desta Capitania nos Campos das Lages. Acham-se por aqui muitas fazendas de gado.<sup>84</sup> (grifo nosso)

Como vimos, de Lages para baixo estendia-se a zona do criatório e torna-se recorrente a menção a fazendas criadoras de gado (Figura 12) ao redor do caminho, algumas dotadas de ranchos para pouso ou vendas para abastecimento dos viandantes.

Do Campo das Lages ia-se ao Rio das Pelotinhas, que dava vão [vau], e dele ao Carahã e ao Rio das Pelotas [divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul]. Este rio era muito grande, tinha as margens inacessíveis, e um pequeno desfiladeiro. Nesse trecho adentrava-se nos Campos da Vacaria [ou de cima da serra], gastando-se dois dias a atravessar até chegar ao Rio das Antas, que tinha 12 léguas de largura, algumas fazendas de gado em algumas partes distantes da estrada, 2 ou 3 léguas. O Rio das Antas raramente dava vão [vau] e dele se passa à boa vista, eufemismo, pois ali o caminho era muito 'mal', cheio de matos, com uns poucos ranchos. Do Rio das Camisas, que se passava a vão [vau] com muito trabalho por ser perigoso, chegava-se à primeira Fazenda de cima da Serra chamada o Menino Diabo. Daqui se ía ao Rio das Tainhas que dava vão [vau] e na sua vizinhança havia algumas fazendas. Da Fazenda do Sarrafino entrava-se no mato da Serra de Viamão onde havia fazendas vizinhas, atravessando o mato da Serra até chegar a guarda de Viamão. No meio dos ditos matos há dois sítios. Daqui passava-se à Capela de Viamão onde se achava o governo, percorrendo-se um dia de viagem de bom caminho. Na vizinhança deste caminho havia muitas fazendas (Figura 13), e passava-se o Rio Caraubatay [Rio Gravatahy], que tinha canoa de passagem, bem comodo. Da Capela ia-se ao porto dos Casais. Aqui se embarcava para o Rio Pardo ou para o Rio Grande.<sup>85</sup> (grifo nosso)

Nos "Campos das Lages", nos "Campos da Vacaria", na região do Rio Pardo e na região da Vila do Rio Grande concentrava-se o criatório de gado muar, cavalar e bovino na América Portuguesa. Além da engorda do gado vacuum com pastos

naturais, a economia envolvia o apresamento e a salga da carne para fazer o charque. Como vimos, as mantas de charque eram carregadas no lombo das mulas, servindo de alimento para a tropa ao longo da viagem. Mas, curiosamente, não constam nos maços de população, o que sugere que não eram comercializadas nas vilas do caminho, talvez destinando-se a mercados mais distantes como São Paulo e Rio de Janeiro. A charqueada (Figura 12) e os engenhos de charque foram representados por Debret, mostrando desde a doma dos animais até o processo de salga e secagem da carne (Figura 13), bem como lojas de carne seca no Rio de Janeiro.



Figura 12 – Cena da Província do Rio Grande; J.B. Debret, 1828. Aquarela, 24,4x40,4cm. MEA 0276. Museu Castro Maya. Nessa cena típica da charqueada e do campeirear riograndense, ou seja, do trabalhar com o gado no campo, vê-se à esquerda peões e capatazes laçando um boi e escravizados africanos descamisados ajudando a domar os animais.



Figura 13 – Engenho de carne seca *brésilien* (Engenho de carne seca brasileiro); J.B. Debret, 1829. Aquarela, 11,2x34,2cm. MEA 0113. Museu Castro Maya.





Figura 15 – *Vila d'Espírito Santo del Serrito*. Aquarela sobre papel, 8,7x24cm; c. 1827. MEA 0105. Museu Castro Maya. Vila de fronteira, atual município de Jaguarão, Rio Grande do Sul, junto ao rio de mesmo nome, era especializada no criatório e na produção do charque.

Das "Serras de Cordova" (Córdoba, na Argentina), a 2 mil metros de altitude, o criatório estendia-se aos campos envoltórios (Figura 16) até Santa Fé, irradiando-se para as missões jesuíticas ao longo do "Rio Paraná Guassú" até a "Cidade de Corrientes", e entre o "Rio Paraná e o "Rio Uruguay".

Também margeando a foz do rio da Prata, a zona do criatório ia da "Colônia Del Sacram<sup>to</sup>" aos campos de Montevideu ("Ciud. de S. Filipe"), donde partia caminho terrestre contíguo à costa que cruzava o "Arroio de Chui", passava por "Terreno Neutro" e subia margeando a Lagoa "Merym" e a "Lagoa dos Patos" até a "V<sup>a</sup>. do Rio Grande de São Pedro", dali prosseguindo até "Porto Alegre" e "Viamão", alinhando-se ao Caminho das Tropas até a Feira de Sorocaba.

O criatório bifurcava-se ainda do "porto dos Casais" junto a "Porto Alegre", cruzava a "Lagoa dos Patos" e adentrava o "R. Jacuy" até a "Freg<sup>a</sup>. Nova" e "F<sup>a</sup>. de J. M<sup>a</sup>. J.", percorrendo o "R. Pardo" até ultrapassar as fronteiras interimperiais e atingir as reduções jesuíticas de "S. Miguel", "S<sup>o</sup>. Angelo", "S. Borja", "S. Nicolao", "S. Lourenço", "S. Luiz", etc., todas entre a "Cochilia Grande" e os "Bosques dos Yjuis". Transpondo o "Rio Uruguay", no trecho entre o "Rio Paraná", o criatório de gado muar, bovino e cavalari atingia também as missões de "S. Carlos", "Candelaria", "S. Cosme", "S<sup>o</sup>. Ignacio", etc. Nota-se na *Nova Lusitânia* que, cruzando o "Rio Paraná" em direção ao "Rio Paraguay", essa macrozona, até 1759 dominada pelos jesuítas, era alinhavada por uma rede de caminhos e núcleos urbanos como "Villa Rica", "Cidade de Corrientes" e "Assumpcion", todos destacados com inscrições em caixa alta, embora alguns estivessem abandonados quando da feitura do mapa em 1797. Desses assentamentos, ultrapassando-se os vastos "Llanos de Manso", chegava-se à Cordilheira dos Andes em "Salta" e dali atingia-se "El Cerro Potosi" e "S<sup>o</sup> Cruz de la Sierra la Vieja", onde se

87. Cf. Gil (2003), Vilardaga (2017), Osório (2017).

concentravam as minas de prata do Vice Reinado do Peru e intenso comércio tropeiro. Não por acaso toda essa zona esteve em litígio entre o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777).

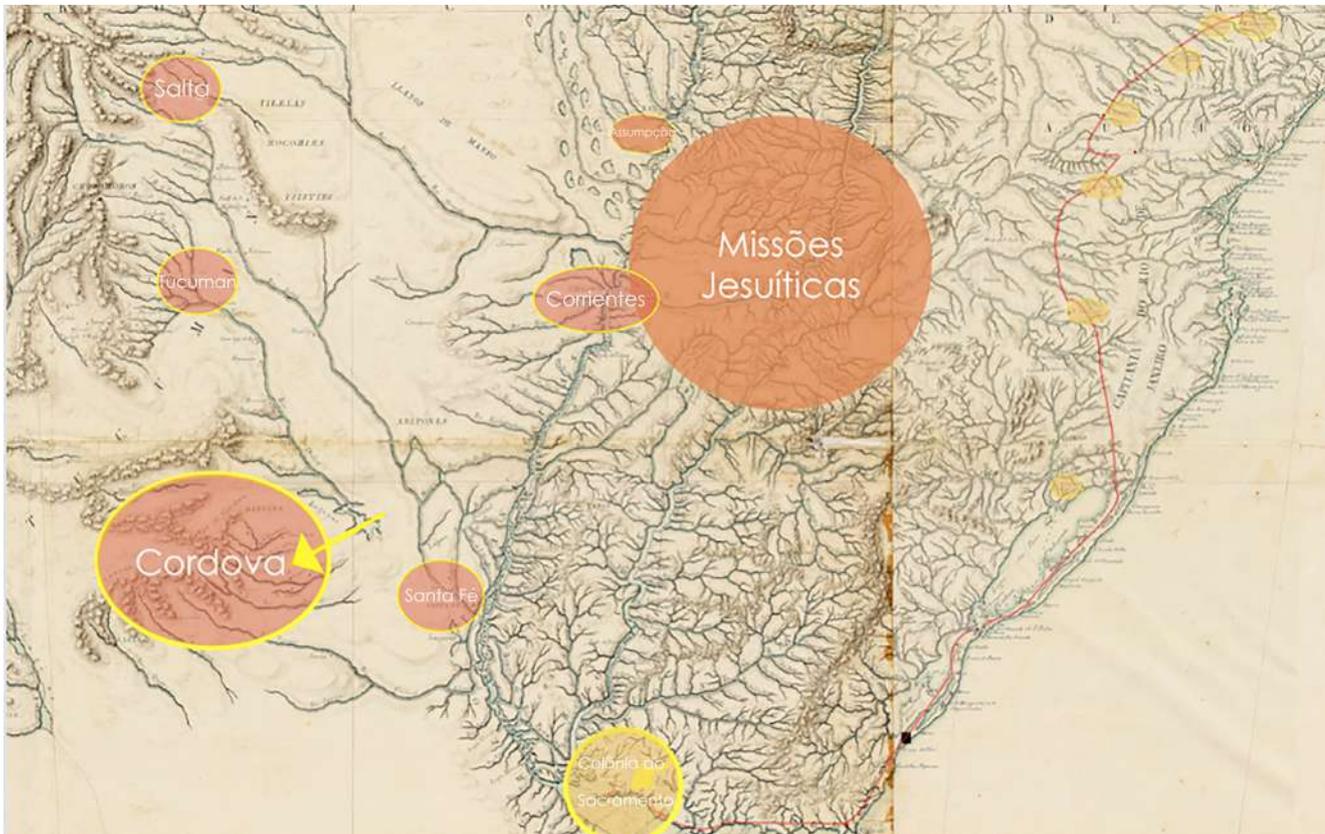


Figura 16 – Detalhe da *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color., 199x202cm. Mostra a região do criatório rompendo fronteiras interimperiais e, em vermelho, o Caminho das Tropas.

### Um plano para "sensoriar as águas"

Essa região, por suas fronteiras fluidas, economia rentável e civilização de perfil híbrido, era palco de denso contrabando e foi espaço de litígio permanente entre as coroas portuguesa e castelhana no século XVIII.<sup>87</sup>

O *Projecto ou Plano Ajustado*,<sup>88</sup> assinado pelo engenheiro militar português José Custódio de Sá e Faria para o Governador Geral da Capitania de São Paulo – o Morgado de Mateus – em 1772, também localizado na Seção de

Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade, dá a medida da política lusa para as *Província do Viamão*, *Província do Guatemy* e *Sertão do Tibagy*, que era rico em ouro e diamantes. Planejou-se e construiu-se uma fortaleza na zona do rio Yguatemy, com o intuito de avançar em domínios de Castela e salvaguardar essa zona de criatório e mineração para Portugal.

INTRODUÇÃO: Que dispostas as coisas pelo modo referido no *Guatemy*, no Feixo dos Morros, e no Pitagy, então é que poderemos fazer uma *poderosa entrada no Domínio de Castella*. Declaram-se os meus que podem haver mais prompts para socorrer a *Província de Viamão*. E se propõem que a melhor defesa da sua dilatada Fronteira seria uma armada de barcos na *Lagoa dos Patos*.

Dispostas as coisas por este modo na *Província de Guatemy*, no Fexo dos Morros; é no *Sertão de Tibagy* então é que ficamos verdadeiramente habilitados para fazer uma poderosa entrada nos Domínios de Castela; uma entrada que faça *a mais poderosa diversão* às Forças que se poderão juntar em *Buenos Aires*; uma entrada a que as vizinhas Províncias dificultosamente hão de resistir.

[...]

Com estas forças poderá fazer alguma coisa considerável, fazendo *Entrada ou Diversão no Paraguai*; mas sem elas a não deve fazer; porque sem embargo de que a gente pusilanime e desarmada naquela Província, sempre são *muitos em número, e bastante arditos e instruidos, como observei dos que aqui se virão refugiar*. Tem nas suas costas e no seu caminho todos os viveres necessários; e lhe podem também vir os socorros, e o mais que lhe faltar, da Província de Buenos Aires.

Para ser socorrida a *Província de Viamão* o mais pronto Socorro que se pode ter, é da *Ilha de Santa Catarina*: porque daquela Província imediatamente passam à *Laguna*, é dali estão com tamanha brevidade em Viamão. Do Sertão de Curitiba também lhe podem ir socorros; mas estes hão de chegar mais tarde e menos vigorosos, por ficarem na distância de 150 léguas como fica referido, por que na sua passagem hão de experimentar *muitos desertos e Matos de São João, onde até a erva falta para os cavalos, e se ali experimentam tempestades como as vezes acontece, padecerão muito de ferimento e mortandade*.

[...]

Também podem ir os Socorros para *Viamão do Porto de Parnagua*, fazendo embarcar ali algum Destacamento das Companhias de Auxiliares, havendo embarcações, ou para irem em direção à mesma Província de Viamão, ou para *desembarcarem em Santa Catarina*, e substituírem a falta das Tropas que dali tiverem passado para *Laguna* em *Socorro de Viamão*. O que também, ainda que com mais trabalho, se pode fazer passar por terras, indo de *Paranagua* à nova *Villa de Guaratuba*, desta *Villa do Rio de S. Francisco*, e dali a *Santa Catarina*; fazendo-se aplanar mais a *picada ou caminho para lá, sendo que*

88. Vale uma nota sobre a conjuntura na qual foi escrito o documento, em 1772, que decorre da ocupação do porto de Rio Grande e partes adjacentes (1763), quando a ocupação portuguesa recua para os campos de Viamão. Por isso o uso de expressões que posteriormente desaparecem: “fronteira de Viamão” e “província de Viamão”.

89. *Projeto ou Plano ajustado por ordem de S.M.F., entre o governador e capitão geral de São Paulo, D. Luís Antonio de Souza e o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, 1772.* Dimensão: 33cm x 21cm. Acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade.

o dito caminho sempre será trabalhoso por haver de lhes ser necessário atravessar muitas bacias perigosas, Rios caudalosos, onde não há mais do que canoinhas muito pequenas para passar, e às vezes se experimentam tormentas grandes e repentinas de vento frio, e de maretas com que se vão a pique; porém sempre é mais certa a viagem, ainda que com estes inconvenientes, do que por mar; e por isso se deve franquear este caminho, e fazê-lo mais praticável para este efeito.

[...]

Nestes termos não considero outro remédio senão o de 'sensoriar' a água. Os Atenienses não podendo desistir na Campanha nem dentro das Fortalezas, às grandes Forças do Exército de Xerxes, abandonaram a terra, e transportaram o Estado da Guerra para o mar, onde ficasse igual o partido, entre os dois desiguais poderes. Deste modo sendo-nos dificultoso achar uma razão de igualdade e defesa na larga *Fronteira de Viamão*, esta razão de igualdade achamos sobre a água, onde unindo o nosso poder, e pondo o inimigo no mesmo cuidado, e na mesma subida do lugar onde desembarcamos, ganhamos sobre ele a força, em que até então lhe éramos inferiores.

O mais que aqui falta, se pode ver no útil e judicioso papel que fez o Marechal de Campos D. Miguel Angelo Blasco sobre a defesa do Rio Grande, o qual me foi remetido pela Secretaria de Estado em Carta de 20 de Junho de 1767.<sup>89</sup> (grifo nosso)

## Dos campos e matos de Serra Acima aos portos da Marinha: as ramificações do Caminho das Tropas

O plano do engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria alude a uma relação umbilical entre os planaltos de cima da serra e os portos da marinha, referindo-se às muitas ramificações do Caminho do Viamão em direção às vilas de Paranaguá, Laguna e Desterro. É interessante ler as narrativas de viajantes do século XIX que acessaram o Caminho do Viamão pelo litoral e perceber as dificuldades enfrentadas e a capilaridade da rede terrestre que alinhavava planalto e marinha nessa porção da América Meridional.

Robert Avé-Lallement em *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*, de 1858, assim descreve o trecho de Desterro (atual Florianópolis) a Laguna, e a subida serra acima em direção a Lages e dali ao Sul do Brasil.

[Rocinha] O governo poderia, talvez, manter uma casinha, com uma pequena guarnição de dois a três homens para proteção e auxílio aos transeuntes, visto que *não há outra estrada entre Lajes e Laguna* para o transporte de gado. *Entre Porto Alegre e Torres já existe uma série desses pequenos postos.* Por meio deles certamente a civilização é levada adiante; assim se formam os primeiros pontos de uma colônia [...]

*Subimos a serra a pé, pois viajar a cavalo em caminho tão íngreme é muito perigoso. Cerca de 2500 pés. O tempo esfriou [...] imediatamente abaixo da última borda da serra há uma encosta calva. Chamam-na *Esfriador*, pois ali é necessário que os animais *descansem para que não sejam atingidos subitamente pelo vento frio das alturas*. [Tijuca] [...] vêem-se as araucárias enfileiradas por toda parte.*

[...] Perto da estância de José Joaquim Velho há uma floresta de araucárias. Desce de uma *escarpada e alta coxilha*.

[...] vestígios recentes das patas de *onças*, que à noite vagam continuamente em volta da estância e quebram o pescoço do gado que pasta. [...] mas também *bugres, índios selvagens*, vagam continuamente nas proximidades da estância [...] vive-se em constante preocupação com os selvagens.

[...]

Tínhamos diante de nós uma sussurrante *toalha d'água* de uns 80 a 100 pés de largura e dois a três pés de profundidade, o *Rio Pelotas*, densamente sombreado pela mata de araucárias e correndo ruidosamente sobre o seu leito de pedras negras. Cautelosamente, procuravam os animais o vau nas águas escachoantes, *apalpando com os cascos à procura de um ponto firme no cascalho debaixo do movediço elemento*.

[...] cheguei tão perto do meu burro de carga que o estimulei com uma chicotada a andar mais depressa. Ele subitamente escoiceou e atingiu-me no joelho com tanta violência que, com a dor, eu quase perdi os sentidos [...].

Há inúmeros relatos de *paradas* em casas de proprietários, como a do 'velho senhor Manuel Joaquim', e outros nomes que o autor dispõe-se a colocar relacionando com as condições nas quais foram recebidos e acolhidos, costumes de cada lugar e etc.

[...] a viagem foi sofrível. [...] o caminho seguia, bastante alto, pelo dorso de algumas serras e sobrevieram chuvas miúdas com vento, sofri alguns incômodos com o frio e senti violentíssimas dores no joelho. Todo o meu desejo e esperança de repouso estavam em *Lajes*, local principal do planalto [...] atravessamos o *Rio das Caveiras*, passamos por magníficos ressaltos de arenito [...] [Em Lages] decerto o tempo e a estação eram bastante desfavoráveis [...] – inverno de Lajes. [...]. Não é notável, por exemplo, que na cidade central de um município [Lages] *onde pastam centenas de milhares de reses* não se encontre uma libra de manteiga para comprar<sup>90</sup> (grifo nosso)

Em sentido inverso, ninguém melhor do que Auguste de Saint-Hilaire, em *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina* (1816-1822), para descrever os Campos Gerais e as ramificações de Curitiba a Paranaguá, e dali a Guaratuba, São Francisco e Desterro (Florianópolis) na Província de Santa Catarina, nos seguintes capítulos:

91. Saint-Hilaire (1978).

92. *Ibid.*, p. 214.

1. Descrição dos Campos Gerais.
2. Começo da Viagem pelos Campos Gerais – a Fazenda de Jaguariaíba – Os índios coroados – a Fazenda de Caxambu.
3. Continuação da viagem pelos Campos Gerais – A Fazenda de Fortaleza – Ainda os índios Coroados.
4. A cidade de Castro – Fim da viagem pelos Campos Gerais.
5. A parte do território de Curitiba situada entre essa cidade e os Campos Gerais.
6. A cidade de Curitiba e o seu distrito.
7. Descida da Serra de Paranaguá.
8. A cidade de Paranaguá.
9. Viagem de Paranaguá a Guaratuba. Essa última cidade e seu distrito.
10. Esboço geral da Província de Santa Catarina.
11. A cidade, a ilha e o distrito de São Francisco.
12. As armações de pesca de Itapocoróia.
13. A ilha de Santa Catarina – a cidade de Desterro.
14. Permanência do autor na cidade de Desterro.
15. Viagem de Desterro a Laguna.
16. A cidade de Laguna.
17. Fim da viagem pela Província de Santa Catarina.<sup>91</sup>

#### A PAISAGEM COMO REPRESENTAÇÃO: OS PERSONAGENS, AS TRALHAS, OS LUGARES DA VIAGEM E SEUS ELEMENTOS DIACRÍTICOS, TUDO NO PLURAL

Como dissemos, as dificuldades do Caminho do Viamão para São Paulo tornavam a viagem perigosa e por isso muito rentável. Os riscos eram inerentes aos lucros e o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, em *Viagem à Província de São Paulo*, menciona as recorrentes perdas, tanto das mulas como das cargas: "Nessa longa viagem eu não encontraria nenhuma habitação; teria de romper através de brejos e atravessar vários rios. O caminho era horrível e às vezes tão estreito que os burros carregados de canastras não conseguiam passar".<sup>92</sup>

Saint-Hilaire também descreve o perfil social e cultural dos fazendeiros e a natureza da atividade do criatório envolvendo poucos africanos escravizados:

*Ali não se cuida de outra coisa senão da criação de gado e é extrema a ignorância de todos; o homem que sabe ler e escrever é considerado muito instruído, e entre os fazendeiros mais importantes contam-se muitos que não possuem essa ciência (1820).*

*A criação de gado, à qual se dedica a maior parte de sua população, exige poucos escravos, ao passo que se torna necessário um grande número deles para o fabrico do açúcar e o trabalho nas minas. O próspero Coronel Luciano Carneiro, só possuía 30, e em 1820, não se contavam mais do que quinhentos escravos em todo o termo da cidade de Castro, concentrados nas mãos de poucos proprietários. [...] Somente na Fazenda de Jaguariaíva, o Cel. não contava com menos de duas mil vacas, sem falar nos touros e bezerras [...] oitocentas éguas.<sup>93</sup> (grifo nosso)*

O naturalista francês também dá a medida das tropas que percorriam o Caminho do Viamão, por vezes tangendo-se de quinhentos a seiscentos animais.

*As excelentes pastagens dos Campos Gerais são aproveitadas como *invernada* para as numerosas tropas de burros que vêm do Rio Grande do Sul, *divididas em pontas de quinhentos a seiscentos animais*. As tropas chegam em fevereiro, depois de atravessarem o Sertão de Viamão, entre Lapa e Lajes [...] os tropeiros *deixam-nos descansar nos Campos Gerais até outubro, quando então seguem para Sorocaba.*<sup>94</sup> (grifo nosso)*

Muitos nomes de negociantes aparecem nos Maços de População de Lages, Santo Antônio das Lapas, Curitiba, Castro, Itapetininga e Sorocaba,<sup>95</sup> tais como o capitão-mor José Francisco de Sales, o coronel José Vaz de Carvalho (proprietário de quarenta escravos, "compra bestas no Rio Grande do Sul"), o capitão Joaquim José de Almeida (tem 209 bestas no caminho de Itú"), o capitão José de Andrade e Vasconcelos (treze escravos, "compra bestas no Rio Grande"), o capitão João Lopes França (23 escravos, "compra bestas em Curitiba e Sorocaba"), o capitão José Maria ("compra bestas e muares em Sorocaba), o general-coronel Bernardo Jacinto (dez escravos, "manda buscar tropa de bestas e vende") e Manoel Lopes de Oliveira (doze escravos e doze agregados, "cria gado, éguas e revende para a Capital").

Segundo Tiago Gil,<sup>96</sup> Francisco Aguiar foi o grande personagem do caminho, inspetor do Registro de Sorocaba por longos anos. O negociante de tropas capitão-mor José Francisco de Sales foi outra estrela, falecendo em 1818 com uma enorme fortuna, envolvendo 59% em dívidas ativas, 29% em dívidas

93. Ibid., p. 18-19.

94. Ibid., p. 23.

95. *Listas Nominativas das vilas de Lages, Santo Antônio das Lapas, Curitiba, Castro, Itapetininga e Sorocaba, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804.* Arquivo do Estado de São Paulo.

96. Gil (2009).

97. Araújo (2006, p. 201)

98. Kato (2017, p. 191-193).

99. Araújo, *op. cit.*, p. 203.

100. Reis Filho (1994, p. 61).

101. Cf. Borsoi (2013).

102. Gil (2009).

passivas, 22% em imóveis e 13% em bens de consumo.<sup>97</sup> Outra figura de destaque foi o coronel José Vaz de Carvalho, reinol, natural de Lamego, sogro do dr. Francisco José de Sampaio Peixoto, com o qual encabeçou o negócio de muares, sendo arrematante do contrato de Curitiba de 1799 a 1805. Nos censos de 1805, 1807, 1810 e 1811 ele aparece como "negociante de bestas" que comprava no Sul e revendia na capitania. Era o típico tropeiro que, além desse comércio, arrematava contratos reais (1805 e 1810), atuando especificamente como "contratador das passagens dos contratos reais" (censo de 1807), comprando o direito de cobrar impostos e adiantando dinheiro à Coroa, o que lhe conferia lucro e prestígio. Residente em São Paulo, na rua Direita, nº 31, num sobrado de uso misto, ali operava seus negócios com bestas, chegando a totalizar o maior plantel da cidade em 1809 (38 escravos), número que oscilou entre 27 (em 1807), 46 (em 1808), 35 (em 1810) e 29 (em 1811), muitos deles provavelmente utilizados nas comitivas de condução das tropas, e outros certamente revendidos, pois no censo de 1807 consta o dito tropeiro como detentor de "um navio no mar para seus negócios",<sup>98</sup> o que talvez indique vínculos com o tráfico negreiro ou com o comércio de cabotagem. Chegou a brigadeiro, apresentando o maior valor em animais em inventário *post-mortem*, totalizando 73 na Fazenda de Cotia no valor de 3:260 contos de réis.<sup>99</sup>

No século XIX sobressaem outros nomes, como João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, que, tal como Antônio Prado, o Barão de Iguape, enriqueceu no abastecimento da feira de Sorocaba com gado muar, bovino e cavalar, bem como na condição de contratador de registro no Caminho das Tropas. O sargento-mor João da Silva Machado nasceu na Vila de Taquari, importante centro do criatório no Rio Grande do Sul, convertendo-se de tropeiro a importante membro da elite paulistana. Da mesma forma, Antônio da Silva Prado, em 1805, com apenas dezessete anos de idade, transferiu-se para Goiás e depois para a Bahia conduzindo tropas de mulas, de onde voltou em 1816 com abastada poupança que lhe possibilitou, entre 1817 e 1829, investir no comércio de açúcar, ganhar a concorrência para exercer o controle da cobrança de impostos no Registro de Sorocaba e atuar como traficante de escravos.<sup>100</sup> Antônio Prado aparece como revendedor exclusivo de gado no Vale do rio Paraíba, monopolizando a distribuição das reses para além da Feira de Sorocaba.<sup>101</sup> Além do Barão de Iguape, o Barão dos Campos Gerais, o de Tibagi, o de Guaraúna e o Visconde de Guarapuava também estiveram envolvidos com a atividade de condução de tropas. Segundo Tiago Gil,<sup>102</sup> a maioria dos negociantes envolvidos com a condução de tropas de muares enriqueceu fazendo uma ou duas viagens. Raros fizeram até dez

viagens. Mas o lucro foi de tal monta que justificou o investimento e a multiplicação em muitas outras frentes de negócios.

Já falamos muito do caminho. Agora falemos das coisas do caminho, dos personagens, suas tralhas, apetrechos, utensílios, indumentária e outros elementos diacríticos.

O termo tropeiro geralmente designava o comerciante condutor, que comprava e vendia a tropa, mas também identificava o indivíduo que participava da tropeada.

Tropeiros e negociantes aparecem como categorias distintas nas representações de J.B. Debret. Decorrentes da sua viagem ao Sul do Brasil em 1827-1828, ou cópia de desenhos de terceiros, suas aquarelas dão pistas interessantes sobre diferentes perfis sociais relacionados ao tropeirismo. A indumentária, os apetrechos, a cor da pele e a postura dos personagens indicam códigos sociais que merecem apreciação pormenorizada por definirem a hierarquia dos envolvidos, do criatório ao negócio de condução das tropas e aos condutores propriamente ditos (capatazes, peões e escravizados relacionados à lida diária com o rebanho). Diferenciam-se em indumentária, inclusive regionalmente, gaúchos de homens de Santa Catarina e paulistas. Segundo Márcia Kersten,

a tropeada obedecia a uma rígida estratificação, em cuja liderança surgia a figura do tropeiro, geralmente dono da tropa; mas o capataz também era reconhecido como tropeiro, pela importância de suas funções na tropa. O capataz, homem de confiança do tropeiro, dividia com ele, as funções de conduzir e administrar a tropa: formar comitiva, contratar e pagar a peonada, comprar e vender animais, controlar o dinheiro e cuidar da contabilidade. Ele também escolhia o arribador, bom cavaleiro e habilidoso com o laço, quem tinha a função de *arribar* (conter) o animal desgarrado da tropa. O madrinheiro viajava na frente da tropa, conduzia a égua madrinha, que comandava o ritmo da caminhada; o contra-madrinheiro, seu auxiliar, era também conhecido como sota-capataz. Já o peão-culateiro exercia a mesma função que o madrinheiro e o sinuelo viajava ao seu lado. A função do peão franqueador cabia a dois homens, um de cada lado da tropa para conter os animais em marcha durante as saídas. O cozinheiro-comitivero levava o cargueiro, fazia as compras e preparava a comida. Já ao final da hierarquia, vinha o peão que exercia todas as funções auxiliares da tropa. No entanto, paulatinamente o termo tropeiro passa também a designar qualquer indivíduo que tenha participado de uma tropeada.<sup>103</sup>

No topo da pirâmide do tropeirismo estavam os contratadores de registros, em geral negociantes enriquecidos com a condução de mulas, cuja fortuna permitia arrematar e operar pedágios ao longo do caminho e compartilhar com o governo os lucros dos impostos. Tratava-se de contratos régios arrematados por aquele que desse o melhor lance.

104. Ibid., p. 167.

105. Ibid., p. 161-170.

106. Ibid., p. 83.

Na categoria negociantes inserem-se os proprietários das tropas. A indumentária tem diferenças regionais. O gaúcho e o homem de Santa Catarina usam chapéu alto de abas curtas, calça dentro das botas e ponchos. Por sua vez, o paulista distingue-se dos demais pelo chapéu de abas largas e botas de cano longo.

Nota-se na iconografia a presença de negociantes pardos entre a gente que enriquecia com esse negócio cheio de dificuldades. A pilcha,<sup>104</sup> traje gaúcho, consistia em chapéu alto de abas curtas e botas nos donos das tropas (Figura 17). O glossário de época é ricamente explorado por Márcia Kersten<sup>105</sup> e, segundo a autora, alguns outros elementos compunham o traje gaúcho:

as vestimentas, tais como o chapelão de feltro ou couro de abas viradas, o poncho; a manta ou beata com uma abertura no centro, jogada sobre o ombro; as botas de couro flexível que chegavam até o meio da coxa para proteger nos terrenos alagados e matas; alguns instrumentos cirúrgicos, que não podiam faltar na 'lida' com os animais, tais como o freme, para sangria, o truate, para tratá-los em casos de empanzinamento, dentre outros.<sup>106</sup>



Figura 17 – *Campeiros, Propriétaires de troupeaux dans la Province du Rio Grande* (Campeiros, proprietários de tropas na Província do Rio Grande). J.B. Debret, 1823. Aquarela monocroma (sépia); 15,3x21,6cm. MEA 0138. Museu Castro Maya.

Na aquarela de Debret (Figura 18), vê-se (à direita) o peão gaúcho com veste típica, chapéu mais simples, laço (ou sovêu,<sup>107</sup> laço grosso e muito forte, feito com várias tiras de couro cru torcidas) e a chiripa,<sup>108</sup> um pedaço de baeta amarrado ao redor do corpo, da cintura para baixo, à maneira de saiote, passado por entre as pernas. Gaúcho<sup>109</sup> significa peão de fazenda, cavaleiro hábil. Por sua vez, o proprietário das tropas (à esquerda) veste-se de chapéu, bota e poncho (peça do vestuário para uso no período do frio, espécie de capa de lã em geral de cor escura, forrada de baeta quase sempre vermelha, redonda, com abertura guarnecida de gola abotoada no centro para se passar a cabeça).

107. Ibid., p. 169.

108. Ibid., p. 163.

109. Ibid., p. 165.

110. Ibid., p. 169.

111. Ibid., p. 167.



Figura 18 – *Homme de Rio Grande* – [Gaúcho] (Homem do Rio Grande – Gaúcho); J.B. Debret, 1825. Aquarela monocroma (sépia); 16,5x21,5cm. MEA 0191. Museu Castro Maya.

O paulista distingue-se pelo chapelão de abas largas e um tipo de bota mais longilínea, além do poncho ou da pala (poncho mais curto) sempre presentes. Chamada de rosilhonas,<sup>110</sup> essas botas de cano comprido eram próprias para montaria. A garrucha também aparece na mão do paulista (Figura 19), ao passo que o negociante gaúcho aparece em geral portando um sabre. A pala<sup>111</sup> é uma peça de vestuário típica de homens de *status* mais elevado. Na forma de uma manta, tinha abertura no centro para passar a cabeça, confeccionada de lã para uso no inverno ou de seda para o

112. Ibid., p. 162.

113. Ibid., p. 162.

114. Ibid., p. 167.

115. Ibid., p. 162.

116. Carona: peça dos apereiros; de sola de couro em forma retangular, usada por baixo do baixeiros. Ibid., p. 163.

117. Ibid., p. 161.

118. Sobrecincha (variante de Sobrecincha) peça dos arreios constituída de tira de couro cru ou sola, utilizada para apertar os pelegos e a badana ao arreo. Ibid., p. 169.

119. Ibid., p. 162.

120. Ibid.

verão. Às vezes vinha vestida, às vezes só colocada sobre os ombros. Confundia-se com o poncho, mais quente e em geral mais comprido, forrado de baeta vermelha.



Figura 19 – *Homme de S<sup>e</sup>. Catherine et Paulista* (Homem do Santa Catarina e Paulista). J.B. Debret 1825. Aquarela, 17,7x22,2cm. MEA 0188. Museu Castro Maya.

No negociante destaca-se o chapéu de abas largas com barbicacho,<sup>112</sup> cordão trançado que passa sob o queixo segurando o chapéu. Montado, vê-se a badana,<sup>113</sup> de pelo macio e lavrada, que se coloca na encilha do cavalo de montaria, por cima do pelego.<sup>114</sup> Sobre ela o baixeiro,<sup>115</sup> manta grossa, de tiras de tecido ou lã trançada, usada sob o arreo para não ferir o couro da montaria. Sob ele podia-se ainda usar a carona.<sup>116</sup> O pelego era feito de pele de carneiro ou ovelha, guarnecida com lã, e se colocava sobre o arreo (Figura 20). O arreo<sup>117</sup> é uma peça em couro, com armação de madeira, mais robusta, mais cômoda e mais segura do que a sela. Era usado na montaria para trabalho de campo e para viagem. No plural designa o conjunto que inclui, além do arreo propriamente dito, o baixeiro, a barrigueira, o pelego, a badana, a sobrecincha,<sup>118</sup> o buçal<sup>119</sup> e o freio com as rédeas. Cabrestos<sup>120</sup> são peças em tiras de couro ou de couro trançado que passam pela testa, pelo focinho e pelo pescoço do animal. Além de tudo isso há os estribos.



Figura 20 – Negociante paulista de cavalos. J.B. Debret, 1820-1830 C. Aquarela, 9,3x8,7cm. MEA 0363. Museu Castro Maya.

A tralha da viagem é tão plural quanto a hierarquia social que representa e aparece em detalhes na iconografia de J.B. Debret. Servia para facilitar a vida dos homens, estivessem montados no lombo de mulas ou a pé, mas também servia para distinguir simbolicamente uns dos outros. Sobressaem-se os itens relacionados ao negociante de cavalos ou muares: selas, arreios, estribos e esporas, todos bastante refinados. Sem falar nos chicotes, elemento indispensável da indumentária de um proprietário de tropa, junto do sabre sempre presente entre os gaúchos e da garrucha mais característica dos paulistas.

Debret, na categoria tropeiros, inclui uma gama variada de atores: de condutores de tropas (tangedores) a tropeiros pobres.

121. Peões diferem claramente dos escravos representados por Debret na Figura 28. Sobre o ofício de peão e tropeiro, e a participação de escravizados africanos, forros e indígenas nessas atividades, há uma bibliografia inovadora que merece leitura (FARINATTI, 2006, 2007) (OSÓRIO, 2006; 2013).

122. Kersten, op. cit., p. 165.

123. Ibid., p. 168.

124. Ibid., p. 166.

O capataz, administrador de uma fazenda ou charqueada, ou ainda o responsável pela condução de uma tropa, distingue-se do peão (homem contratado para o trabalho rural, para condução de tropas). O peão flanqueador, mantinha o controle dos lados do rebanho, pelos flancos; o peão madrinheiro, geralmente um rapazote, ou então um dos condutores mais velhos, montava a mula mais mansa ou égua e seguia à frente da tropa servindo de guia aos demais animais. Entrementes, o termo peão alude a todo trabalhador agropastoril.

Os condutores de tropas<sup>121</sup> responsáveis por tanger a mularia aparecem sempre representados como mestiços, livres, africanos escravizados ou indígenas civilizados, montados ou a pé, mas portando sempre laços para conduzir ou laçar o gado e por vezes o relho.

O tangedor africano escravizado descalço aparece nas imagens de Debret conduzindo a comitiva, grupo de animais dóceis que vão à frente da tropa seguindo a madrinha, formando uma espécie de muralha que regula a marcha. O chicote na mão era o principal elemento diacrítico do condutor de tropa ou tangedor, escravo ou livre. A guasca,<sup>122</sup> tira ou lasca de couro, era usada para chibatar, chicotear e açoitar os animais. O relho,<sup>123</sup> chicote com cabo de madeira, açoiteira de trança, semelhante à do laço, com um pedaço de guasca na ponta, é também recorrente na representação dos condutores de tropas (Figura 21). Nas mulas, destacam-se as marcas dos ferros identitários de propriedade.

Na aquarela de Debret vê-se o peão gaúcho com veste típica, a chiripá, pedaço de baeta amarrado ao redor do corpo, da cintura para baixo, à maneira de saiotê, passado por entre as pernas. O laço é elemento diacrítico do condutor de tropa, bem como do peão. Era feito de corda trançada de tiras de couro cru. O sovêu era laço mais grosso e muito forte, feito com várias firas de couro cru torcidas. Destaca-se também o coxonilho ou coxinilho, objeto típico do Rio Grande, muito valorizado, que consiste numa manta feita de lã de ovelha usada sobre a sela do cavalo. Na prancha de Debret pode ser visto um em azul, sobre a sela (Figura 22).

Podemos especular sobre a presença indígena. O que vemos são bugres "civilizados" participando das comitivas como peões, pois os nativos são representados mais como rivais em Debret, tumultuando o cotidiano das viagens, sobretudo os *Coroados* do Paraná. Um charrua "civilizado" aparece entre os peões nas imagens. Laço e chiripá são seus elementos diacríticos, assim como o chapéu de abas curtas. A lapeana,<sup>124</sup> espécie de faca, era outra predileção dos tropeiros (Figura 23).



Figura 21 – Esclave nègre conduisant les troupeaux dans la province de Rio Grande (Escravo negro conduzindo tropas na Província do Rio Grande). J.B. Debret, 1823. Aquarela, 15,3x22,1cm. MEA 0254. Museus Castro Maya.



Figura 22 – Guache (sic) conducteur de Troupeaux (Gaúchos condutores de tropas). J.-B. Debret, 1825. Aquarela, 16,5x22,9cm. MEA 0340. Museus Castro Maya.

125. Ibid., p. 169.

126. Ibid.



Figura 23 – Charrua civilizado, peões. J.B. Debret, 1828. Aquarela monocroma (sépia), 27x20,5cm. MEA 0433. Museu Castro Maya.

A peonada de São Paulo distingue-se pelo uso do laço e do chapéu mais modesto, de abas curtas, bem como pelo tirador,<sup>125</sup> avental de couro macio que os laçadores usam pendente na cintura, do lado esquerdo, para proteger a roupa e o corpo do atrito do laço. Em geral, são representados descalços. O negociante distingue-se pelo chapelão de abas largas e pelo lenço (Figura 24).

A imagem de Debret destaca ainda a tarca<sup>126</sup> (à esquerda), pedaço de pau ou de couro no qual se assinalava, com pequenos cortes, o número de reses marcadas durante o dia (Figura 25).



Figura 24 – Tropeiros pobres, busto de negociante paulista de cavalo e indumentária de negro – estudo. J.B. Debret, 1820-1830 C. Aquarela, 10,2x19,4cm. MEA 0357. Museu Castro Maya.



Figura 25 – Tropeiro e carregador de porco – estudo. J.B. Debret, 1820-1830 C. Aquarela, 10,1x10,2cm. MEA 0365. Museu Castro Maya.

127. Ibid.

128. Ibid., p. 162.

129. Ibid., p. 168.

Arranchados, tropeiros pobres carregam cestos e o surrão<sup>127</sup> grande de couro, lotado de farnel, tabaco e objetos variados, transportados e protegidos da chuva. A bruaca<sup>128</sup> era uma mala de couro cru, com alças laterais, apropriada para ser conduzida pendurada à cangalha, uma de cada lado. Também havia a canastra e os tonéis/pipas, utilizados para levar líquidos como vinho, aguardente e azeite (Figura 26).

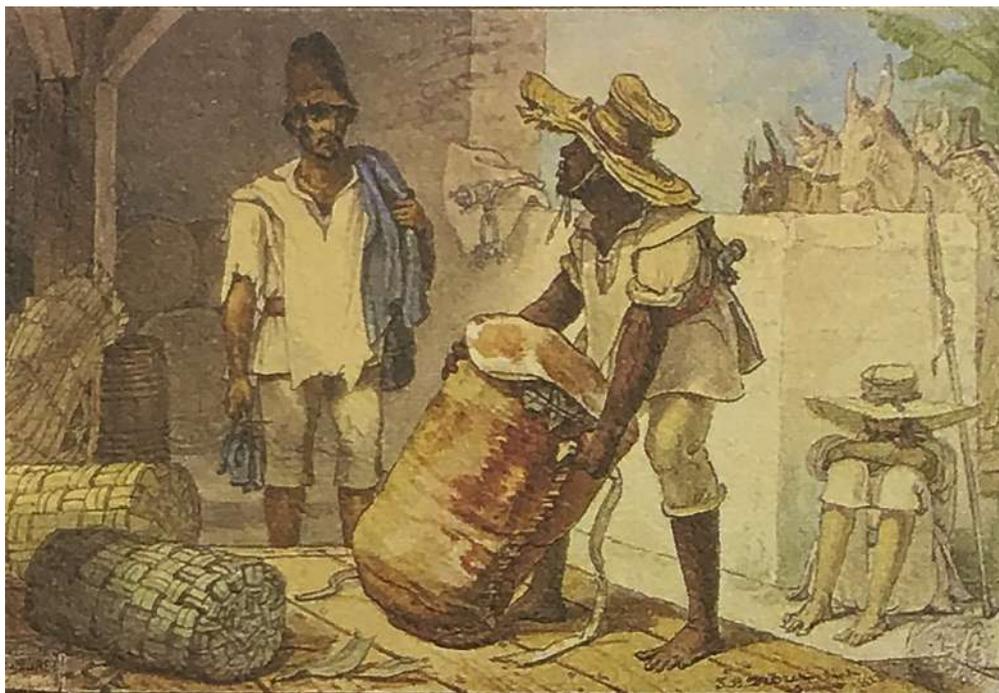


Figura 26 – *Pauvres Tropeiros de St. Paul*. Conducteurs de mules entrés pour se reposer dans un plus grand établissement composé ordinairement d'un grand hangar où l'on met les marchandises, les harnais, et les voyageurs à couvert pour y passer la nuit. La première occupation d'un des conducteurs est de veiller à la secure des mules, pendant que les autres s'occupent du reste. Ces espèces de paniers vers s'enferment du tabac a corde et le sac fait de peau de boeuf sert à transporter le grain, le fromage. J.B. Debret 1823. Aquarela, 15,3x22,1cm. MEA 0254. Museu Castro Maya.

À medida que descemos para a base da pirâmide social, chama a atenção a ausência de botas e o tom da pele. Tropeiros pobres e peões são homens negros ou mulatos, sempre descalços e, quando montados, usam a pua. A pua<sup>129</sup> era uma peça usada nos pés do cavaleiro, geralmente descalço, confeccionada em couro, com pequenos pregos na parte do calcanhar para acicatar a cavalgadura. Cumpria a mesma função das esporas, mas estas só podiam ser usadas com botas. No peão ginete representado por Debret, garboso, montado descalço, destaca-se a pua nos pés (Figura 27).

Peões diferem claramente dos africanos escravizados, relegados às atividades menores e pesadas, em geral representados com calças curtas, túnicas ou descamisados, sempre descalços (Figura 28). Há, na lida diária, uma clara presença de africanos escravizados. Eles aparecem amplamente no discurso visual das aquarelas de Debret e integram as tropas em grande número, carregando a tralha nas costas, especialmente ao cruzar os rios, sempre fazendo o trabalho pesado. Faziam a viagem a pé, visto que a mularia estava em parte carregada com mercadoria e em parte montada por tropeiros mais graduados.



Figura 27 – Tipos – estudo. J.B. Debret, 1820-1830 C. Aquarela, 10,1×19,2cm. MEA 0446. Museu Castro Maya.



Figura 28 – Negros e paulista – estudo. J.B. Debret, 1820-1830. Aquarela, 10,3×18,5cm. MEA 0445. Museu Castro Maya. Negociante de calça bombacha, bota de cano alto, chapelão de abas largas e poncho de lã forrado de baeta vermelha. Os africanos escravizados são representados sempre descalços, com túnicas, calças curtas ou longas de algodão, ou mesmo sem camisa.

A economia do tropeirismo transborda nas cidades e estabelecimentos do caminho. Nos sítios e fazendas lindeiras há toda uma economia de suporte às viagens, seja dando pouso, seja abastecendo as comitivas com gêneros alimentícios para as etapas seguintes e fazendo reparos nas tralhas e na mularia.

Mas é nas vilas, onde sempre havia uma rua das tropas, que vemos uma série de ofícios correlacionados ao tropeirismo, tais como artesãos fazedores de cordas e chicotes, cangalhas, selas e uma infinidade de itens de montaria ou cargas. A capa de couro, o traje campeiro completo, a fivela de prata, os arreios, os pelegos, as rédeas de crina macia, laços, lenços, chapéus e botas de couro faziam parte de um rol de peças típicas do tropeirismo. Ferreiros também eram necessários para trocar a ferradura das mulas e outros itens, sem falar nas lojas de secos e molhados, de toucinho e mantas de carne seca, de couros e utensílios como canastras e boticas.

#### MAS AFINAL, O QUE IA NA BAGAGEM DOS TROPEIROS? O QUE REVELAM A ICONOGRAFIA E OS MAÇOS DE POPULAÇÃO DAS VILAS DE LAGES, SANTO ANTÔNIO DAS LAPAS, CURITIBA, CASTRO, ITAPETININGA E SOROCABA?

Os apetrechos e utensílios usados pela peonada ainda subsistem nas memórias, na lida no campo, nos rodeios ou nos eventos comemorativos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A sela, as bruacas, a malotagem, apetrechos e arreios necessários de cada animal e demais acondicionamentos para a carga ou os cuidados com o gado são minuciosamente descritos por Márcia Kersten.<sup>130</sup>

A gravura de Bigg-Wither, de 1872-1873, mostra a mularia cargueira e os acidentes típicos na transposição das pinguelas. A carga variava de bruacas a surrões grandes de couro, lotados de farnel ou de objetos variados, assim transportados e protegidos da chuva. Como já dissemos, a bruaca era uma mala de couro cru, com alças laterais, apropriada para ser conduzida pendurada à cangalha, uma de cada lado. Também havia a canastra, para levar roupas, e as pipas, para transportar líquidos como vinho, aguardente e azeite (Figura 29).

Também vemos cestos, surrões, bruacas, canastras e pipas carregados por pobres tropeiros representados por Debret. Enrolado em couro ia o algodão e o toucinho, ao que tudo indica, enrolado em palha trançada com lindos desenhos (Figura 30). Ambos eram vendidos em arrobas.



Figura 29 – Desenho de Bigg-Wither, 1872-1873, mostra as dificuldades enfrentadas pelos tropeiros nas pontes de madeira sobre rios. Fonte: Trindade (1992). Veem-se os surrões pendurados à cangalha das mulas, uma de cada lado, portando farnel, tabaco e erva-mate.



Figura 30 – *Caisse de cotton propre*/Tucinho [sic] (Caixa de algodão beneficiado). J.B. Debret, 1816-1830 C. Aquarela e lápis, 10,5x17,4cm; MEA 0412. Museu Castro Maya. À esquerda vê-se o tucinho enrolado para ser transportado pelas mulas cargueiras.

A carne seca, como nos disse Nestor Goulart Reis Filho, era transportada em mantas entre o pelego e a sela. Em Debret, aparecem empilhadas no fundo de

uma típica "loja de carne seca" do Rio de Janeiro, assim como os toucinhos, enrolados no primeiro plano (Figura 31).

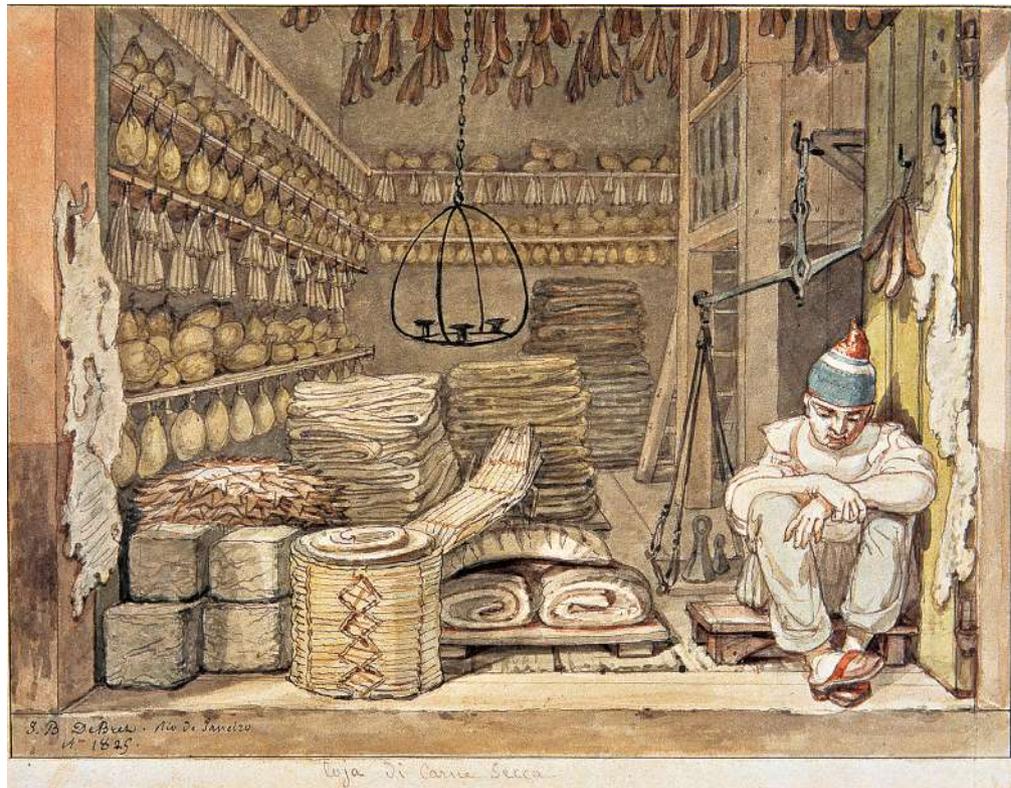


Figura 31 – loja di carne secca [sic], J.B. Debret, 1825. Aquarela, 15,2x20,4cm. MEA 0178. Museu Castro Maya. À esquerda vê-se, em primeiro plano, o toucinho enrolado e, atrás, as mantas de carne seca empilhadas.

Para além das mulas, em si valiosas e revendidas como meio de transporte, a bagagem transportada pelas cargueiras ia cheia de gêneros de "importação", de consumo interno ("consumo na paróquia") ou para "exportação" e abastecimento do mercado regional.

As tabelas a seguir sintetizam os dados coletados nos maços de população das vilas de Lages, Santo Antônio das Lapas, Curitiba, Castro, Itapetininga e Sorocaba em 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, localizados no Arquivo do Estado de São Paulo, e dão a medida dos produtos comercializados nas vilas lindeiras ao caminho. Os gêneros importados vinham dos portos da marinha (Desterro, Laguna, Guaratuba, Paranaguá, Iguape e Santos), provenientes de Lisboa ou do Rio de Janeiro, e subiam serra acima nos caminhos descritos por Avé-Lallement e Auguste de Saint-Hilaire. Por sua vez, os exportados eram produzidos nas imediações desses núcleos urbanos e circulavam abastecendo o

mercado interno, regional ou mesmo triangulações com a África e a Bacia Platina. Havia ainda os gêneros destinados ao consumo local. Na tabela destacamos o valor máximo, médio e mínimo em réis pelos quais os produtos eram negociados, dando pistas sobre como os preços oscilavam ao longo do caminho.

Em Lages (Tabela 1), por exemplo, circulavam aguardente, açúcar, sal (2\$000 réis o alqueire) e panos de algodão (32\$000 réis a peça) importados. Estes eram negociados com cifras vantajosas em relação aos demais. Importados por meio do porto da "V<sup>a</sup>. de Laguna", os panos de algodão eram consumidos localmente por 40\$000 réis a peça, o que demonstra lucro entre uma operação e outra. Todavia, em Lages, as vedetes eram potros, mulas (5\$000 réis a unidade), bois (1\$750 réis a unidade) e couros (\$320 réis a unidade), produzidos ali mesmo ou negociados nos campos sulinos e destinados à exportação, além de açúcar, aguardente, sal (importado a 2\$000 réis e comercializado por 4\$000 réis), milho e feijão para consumo interno.

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Lages	1803	Aguardente	Importação	2400	0	0	Barril
Lages	1803	Açúcar	Importação	3360	0	0	Arroba
Lages	1803	Sal	Importação	2000	0	0	Alqueire
Lages	1803	Panos de Algodão	Importação	32000	0	0	Peça
Lages	1803	Potros	Exportação	2000	0	0	Unidade
Lages	1803	Mulas	Exportação	5000	0	0	Unidade
Lages	1803	Bois	Exportação	1760	0	0	Unidade
Lages	1803	Couros	Exportação	320	0	0	Unidade
Lages	1803	Açúcar	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	6400	0	0	Arroba
Lages	1803	Aguardente	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	9600	0	0	Barril
Lages	1803	Sal	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4000	0	0	Alqueire
Lages	1803	Panos de Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	40000	32000	0	Peça
Lages	1803	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	960	800	0	Alqueire
Lages	1803	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	960	800	0	Alqueire

Tabela 1 – Produtos comercializados em Lages. Fonte: Maço de População de Lages em 1803. Arquivo do Estado de São Paulo.

131. Congonha é uma erva medicinal cujas folhas são usadas no preparo de chás.

132. Coxonilhos ou coxinilhos são objetos muito valorizados, típicos do Rio Grande. Trata-se de manta feita de lã de ovelha, usada sobre a sela do cavalo. Um deles pode ser visto em azul, sobre a sela, na prancha de Debret (Figura 22).

Em Lapa (Tabela 2), os artigos de "importação" adentravam serra acima pelo porto da "V<sup>a</sup>. de Paranaguá". Ali circulava uma gama mais variada de produtos, tais como vinho, aguardente do reino, linhos ordinários, baetas, chapéus ordinários, panos de lã, além dos panos de algodão, açúcar, sal (6\$000 a 5\$500 o alqueire) e algodão. Junto do algodão as bestas sobressaem-se entre os produtos importados mais caros (16\$000 réis cada uma, comparativamente a 24\$000 réis a peça de algodão). Enorme sorte de gêneros era exportada de Lapa, dentre os quais bois (2\$000 a 1\$440 cada um), potros (2\$000 a 1\$600 réis cada um), bestas (10\$000 a 8\$000 a unidade), farinha de trigo (1\$000 a \$800 a arroba), feijão, toucinho, fumo e congonha, produzidos nas fazendas no entorno da vila. Para consumo interno, destaca-se o toucinho, com alto valor agregado (entre 12\$800 réis e \$960 réis a arroba), e uma série de gêneros como fumo, trigo, milho, farinha de milho, feijão, congonha,<sup>131</sup> bois, farinha de trigo, arroz, tanados, azeite de mamona (para iluminação) e coxonilhos,<sup>132</sup> este também com alto valor (12\$800 réis cada um). Em 1799, entre os itens de consumo interno destaca-se o ouro em pó, além de queijos, potros, couros e panos de lã. Se Lages vendia as mulas a 5\$000 a unidade, em Lapa as bestas aparecem importadas por 16\$000 réis cada uma e exportadas a 10\$000 réis a unidade, variação considerável no valor de um mesmo produto.

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Santo Antônio da Lapa	1798	Vinho	Importação	1440	1280	1000	Medida
Santo Antônio da Lapa	1798	Aguardente de Cana	Importação	640	560	0	Medida
Santo Antônio da Lapa	1798	Sal	Importação	6000	5500	0	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1798	Algodão	Importação	24000	20000	0	Peça
Santo Antônio da Lapa	1798	Açúcar	Importação	3840	3500	3200	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1798	Farinha de Trigo	Exportação	1000	880	800	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1798	Bois	Exportação	2000	1600	1440	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1798	Potros	Exportação	2000	1920	1600	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1798	Fumo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1920	1600	0	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1798	Trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	720	640	0	Alqueire

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Santo Antônio da Lapa	1798	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	240	200	0	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1798	Farinha de Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	400	320	0	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1798	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	0	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1798	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	12800	960	0	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Vinho	Importação	960	800	720	Medida
Santo Antônio da Lapa	1799	Aguardente do Reino	Importação	1600	1440	1280	Medida
Santo Antônio da Lapa	1798	Vinagre	Importação	800	720	640	Medida
Santo Antônio da Lapa	1798	Aguardente de Cana	Importação	640	480	400	Medida
Santo Antônio da Lapa	1798	Linhos ordinários	Importação	600	560	500	Vara
Santo Antônio da Lapa	1799	Baetas	Importação	800	720	680	Côvado
Santo Antônio da Lapa	1799	Chapéus ordinários	Importação	1280	1120	1000	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1799	Panos de lã	Importação	1440	1280	1120	Côvado
Santo Antônio da Lapa	1799	Panos de Algodão	Importação	24000	20000	19000	Peça
Santo Antônio da Lapa	1799	Açúcar	Importação	2880	2560	2400	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Sal	Importação	4480	4000	3200	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Bestas	Importação	16000	15000	14000	Cada uma
Santo Antônio da Lapa	1799	Feijão	Exportação	480	400	320	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Toucinho	Exportação	1600	1280	1120	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Fumo	Exportação	1600	1280	1200	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Congonha	Exportação	160	140	120	Alqueire

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Santo Antônio da Lapa	1799	Bestas	Exportação	10000	9000	8000	Cada uma
Santo Antônio da Lapa	1799	Potros	Exportação	5000	4000	3200	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1799	Bois	Exportação	2000	1600	1440	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1799	Farinha de Trigo	Exportação	1000	880	800	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	320	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	720	640	0	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	240	200	180	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Fumo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1280	1200	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Congonha	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	160	140	120	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Farinha de Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	480	400	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1280	1120	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Bois	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2500	2400	2000	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1799	Farinha de Trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1000	900	880	Arroba
Santo Antônio da Lapa	1799	Arroz	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Alqueire
Santo Antônio da Lapa	1799	Tanados	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	600	560	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1799	Ouro em pó	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1140	1120	1100	Oitava
Santo Antônio da Lapa	1799	Azeite de Mamona	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	360	Medida
Santo Antônio da Lapa	1799	Coxonilhos	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	12800	12000	10000	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1799	Queijos	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	960	Dúzia
Santo Antônio da Lapa	1799	Potros	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	5000	4000	3200	Cada um

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Santo Antônio da Lapa	1799	Couros	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	500	480	400	Cada um
Santo Antônio da Lapa	1799	Velo de lã	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	320	Cada um

Tabela 2 – Produtos comercializados em Santo Antônio das Lapas. Fonte: Maços de População de Santo Antônio da Lapa em 1798 e 1799. Arquivo do Estado de São Paulo.

Curitiba (Tabela 3) era o principal Registro do "Caminho p<sup>o</sup>. São Paulo", e ali circulavam artigos importados, tais como vinho, vinhos de Lisboa (entre 180\$000 réis e 170\$000 réis a pipa), vinagre (50\$000 a 40\$000 réis a pipa), sal (oscilando de 4\$480 a 2\$560 réis o alqueire em 1799 a 1\$600 e 1\$200 réis em 1800), azeite de peixe (50\$000 a 20\$000 réis a pipa), aguardente do Reino (entre 190\$000 e 180\$000 réis a pipa), linhos ordinários, baetas (30\$000 a 25\$000 a peça), panos de lã, panos de algodão (17\$000 a 15\$000 réis a peça), panos de linho, panos ordinários, chapéus e chapéus ordinários, por meio do porto de Paranaguá. Mas também havia gêneros produzidos nas fazendas de serra acima, como aguardente de cana (40\$000 a 36\$000 réis a pipa) e açúcar. Curitiba exportava feijão, farinha de trigo, toucinho (1\$600 a 1\$120 réis a arroba), fumo, congonhas, tanados, cochonilhas (12\$800 a 9\$600 a unidade), bestas (10\$000 a 8\$000 réis a unidade), potros (5\$00-4\$000 a 3\$000-3\$200 réis cada um), bois (2\$000 a 1\$440 cada um). Para consumo interno circulavam feijão, trigo, milho, fumo, congonha, toucinho, bois, ouro em pó, farinha de trigo, arroz, tanados, azeite de mamona, coxonilhos, queijos, potros, farinha, trigo e baetas (revendidas por 9\$600 a unidade, embora fossem importadas por 30\$00 a peça), com excelente margem de lucro na venda a retalho nas lojas de fazendas locais.

É notável a oscilação dos preços nas vilas ao longo do caminho, o que indica que a mobilidade da mercadoria lhe agregava valor. É interessante perceber quais são os grandes centros de abastecimento, nos quais o comércio em grosso se sobrepõe à venda a retalho. Em Curitiba, havia vinhos, vinagre e aguardente do Reino sendo importados em pipas, e os tecidos importados em peças, posteriormente revendidos em medidas, varas e côvados, respectivamente. Mas as bestas seguem tendo o mesmo valor de exportação de Lapa (10\$000 a 8\$000 réis a unidade). Por sua vez, em Castro, as mulas exportadas já aparecem com sobrevalor, variando entre 12\$000-10\$000 e 10\$000-8\$000 réis a unidade.

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Curitiba	1799	Vinho	Importação	960	800	720	Medida
Curitiba	1799	Aguardente do Reino	Importação	1600	1440	1280	Medida
Curitiba	1799	Vinagre	Importação	800	720	640	Medida
Curitiba	1799	Aguardente de Cana	Importação	640	480	400	Medida
Curitiba	1799	Linhos ordinários	Importação	600	560	500	Vara
Curitiba	1799	Baetas	Importação	800	720	680	Côvado
Curitiba	1799	Chapéus ordinários	Importação	1280	1120	1000	Cada um
Curitiba	1799	Panos de lã	Importação	1440	1280	1120	Côvado
Curitiba	1799	Panos de algodão	Importação	24000	20000	19000	Peça
Curitiba	1799	Açúcar	Importação	2880	2560	2400	Arroba
Curitiba	1799	Sal	Importação	4480	4000	3200	Alqueire
Curitiba	1799	Bestas	Importação	16000	15000	14000	Cada um
Curitiba	1799	Feijão	Exportação	480	400	320	Alqueire
Curitiba	1799	Toucinho	Exportação	1600	1280	1120	Arroba
Curitiba	1799	Fumo	Exportação	1600	1280	1200	Arroba
Curitiba	1799	Congonha	Exportação	160	140	120	Alqueire
Curitiba	1799	Bestas	Exportação	10000	9000	8000	Cada um
Curitiba	1799	Potros	Exportação	5000	4000	3200	Cada um
Curitiba	1799	Bois	Exportação	2000	1600	1440	Cada um
Curitiba	1799	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	320	Alqueire
Curitiba	1799	Trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	720	640	0	Alqueire
Curitiba	1799	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	240	200	180	Alqueire
Curitiba	1799	Fumo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	0	Arroba
Curitiba	1799	Congonha	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	160	140	120	Alqueire
Curitiba	1799	Toucinho e Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	480	400	Alqueire
Curitiba	1799	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1280	1120	Arroba
Curitiba	1799	Bois	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2500	2400	2000	Cada um
Curitiba	1799	Ouro em pó	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1140	1120	110	Oitava

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Curitiba	1799	Farinha de Trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1000	900	880	Arroba
Curitiba	1799	Arroz	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Alqueire
Curitiba	1799	Tanados	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	600	560	Cada um
Curitiba	1799	Azeite de mamona	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	360	Medida
Curitiba	1799	Coxonilhos	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	12800	12000	10000	Cada um
Curitiba	1799	Queijos	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	960	Dúzia
Curitiba	1799	Potros	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	5000	4000	3200	Cada um
Curitiba	1799	Linhos ordinários	Importação	600	560	500	Vara
Curitiba	1799	Baetas	Importação	800	720	680	Côvado
Curitiba	1799	Chapéus ordinários	Importação	1280	1120	1000	Cada um
Curitiba	1800	Vinhos de Lisboa	Importação	180000	175000	170000	Pipa
Curitiba	1800	Aguardente do Reino	Importação	190000	185000	180000	Pipa
Curitiba	1800	Vinagre	Importação	50000	45000	40000	Pipa
Curitiba	1800	Azeite de peixe	Importação	50000	30000	20000	Pipa
Curitiba	1800	Baetas	Importação	30000	28000	25000	Peça
Curitiba	1800	Aguardente de Cana	Importação	40000	38400	36000	Pipa
Curitiba	1800	Panos ordinários	Importação	1200	1120	1000	Côvado
Curitiba	1800	Panos de Linho	Importação	500	480	440	Vara
Curitiba	1800	Panos de Algodão	Importação	17000	16000	15000	Peça
Curitiba	1800	Chapéus	Importação	1200	1000	900	Unidade
Curitiba	1800	Açúcar	Importação	1600	1440	1280	Arroba
Curitiba	1800	Sal	Importação	1600	1440	1200	Alqueire
Curitiba	1800	Feijão	Exportação	480	400	320	Alqueire
Curitiba	1800	Farinha de Trigo	Exportação	1280	1120	1000	Arroba
Curitiba	1800	Toucinho	Exportação	1800	1440	1280	Arroba
Curitiba	1800	Fumo	Exportação	1600	1280	1120	Arroba
Curitiba	1800	Congonhas	Exportação	280	200	160	Alqueire
Curitiba	1800	Tanados	Exportação	640	600	560	Unidade
Curitiba	1800	Cochonilhas	Exportação	12800	10000	9600	Unidade

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Curitiba	1800	Bestas	Exportação	12000	10000	9600	Unidade
Curitiba	1800	Bois	Exportação	2560	2240	2000	Unidade
Curitiba	1800	Potros	Exportação	4000	3200	3000	Unidade
Curitiba	1800	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	320	240	200	Alqueire
Curitiba	1800	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	400	360	320	Alqueire
Curitiba	1800	Farinha	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	400	360	320	Alqueire
Curitiba	1800	Trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	720	640	600	Alqueire
Curitiba	1800	Farinha de Trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1100	960	Arroba
Curitiba	1800	Fumo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1120	960	Arroba
Curitiba	1800	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1120	1000	Arroba
Curitiba	1800	Congonhas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	200	160	120	Alqueire
Curitiba	1800	Tanados	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	600	500	400	Unidade
Curitiba	1800	Baetas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	9600	8000	6000	Unidade
Curitiba	1800	Bois	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2000	1600	1440	Unidade
Curitiba	1800	Potros	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4000	3000	2880	Unidade
Curitiba	1800	Cochonilhas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	10000	9600	8000	Unidade

Tabela 3 – Produtos comercializados em Curitiba. Fonte: Maços de População de Curitiba em 1799 e 1800. Arquivo do Estado de São Paulo.

Em Castro (Tabela 4) a gama de gêneros comercializados amplia-se com alguns gêneros da "serra" ou da "terra". Importados sobressaem-se em compras de menor escala – em medida em vez de pipa, em vara em vez de peça, em carga em vez de alqueire –, provavelmente de Curitiba, centro do abastecimento em grosso direto do Reino, Santos ou Rio de Janeiro, por meio do porto de Paranaguá. Eram importados o açúcar, aguardente da Serra (\$640 a \$400 a medida), vinho (1\$280 a 1\$120 réis a medida em 1798, e 1\$600 a 1\$280 a medida em 1799), aguardente do Reino (2\$560 a 2\$000 a medida), vinagre (\$800 a \$700 a

medida), sal (importado de 3\$200 a 2\$520 réis a carga), algodão (\$200 a \$160 a vara), aguardente da terra (\$640 a \$400 réis a medida), panos de linho (\$800 a \$540 a vara), panos ordinários (\$640 a \$540 a unidade), chapéus e chapéus ordinários. Exportados mulas, potros (entre 10\$000 8\$000 réis), bois (2\$000 a 1\$440 réis cada um), mas também burros, jumentos, cavalos (4\$000 a 3\$000 réis cada) e coxinilhos. Jumentos (entre 20\$000 e 18\$000 réis a unidade) e burros (entre 70\$000 e 50\$000 réis o cento) eram uma exclusividade de Castro e gozavam de preços expressivos, sobretudo os jumentos negociados em lotes de cem unidades. As mulas exportadas variavam entre 12\$000-10\$000 e 10\$000-8\$000 réis a unidade. Animal híbrido, resultado do acasalamento de jumento com égua, a mula (sinônimo de besta) dependia dos jumentos, o que torna as matrizes comercializadas em Castro exclusivas e bastante valiosas no mercado de reprodução. É interessante perceber que os burros, assim como os jumentos, eram vendidos em cento e não em unidade como as mulas, cavalos e bois. Em termos de consumo interno, sobressaem-se os mesmos gêneros dos núcleos urbanos vizinhos: bois, lã, fumo, milho, toucinho, algodão, farinha, feijão, fumo e farinha de trigo.

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Castro	1798	Mulas	Exportação	12000	10000	8000	Mula
Castro	1798	Potros	Exportação	5000	4000	3200	Potro
Castro	1798	Bois	Exportação	3000	2000	1600	Bois
Castro	1798	Coxinilhos	Exportação	12000	8000	5000	Coxinilhos
Castro	1798	Bois	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3000	2000	1600	Bois
Castro	1798	Lã	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2400	2000	Arroba
Castro	1798	Fumo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1120	1000	800	Arroba
Castro	1798	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	320	300	240	Alqueire
Castro	1798	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1280	1120	Arroba
Castro	1798	Açúcar	Importação	2400	2000	1920	Arroba
Castro	1798	Aguardente da Serra	Importação	640	560	400	Medida
Castro	1798	Vinho	Importação	1280	1200	1120	Medida
Castro	1799	Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Arroba

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Castro	1799	Lã	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2400	2000	Arroba
Castro	1799	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Arroba
Castro	1799	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	320	240	200	Alqueire
Castro	1799	Farinha	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	480	400	Alqueire
Castro	1799	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	560	480	Alqueire
Castro	1799	Fumo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1000	960	800	Alqueire
Castro	1799	Vinho	Importação	1600	1440	1280	Medida
Castro	1799	Aguardente do Reino	Importação	2560	2400	2000	Medida
Castro	1799	Vinagre	Importação	800	720	700	Medida
Castro	1799	Sal	Importação	3200	3000	2560	Carga
Castro	1799	Algodão	Importação	200	180	160	Vara
Castro	1799	Açúcar	Importação	3200	2880	2560	Arroba
Castro	1799	Aguardente da terra	Importação	640	480	400	Medida
Castro	1799	Aguardente do Reino	Importação	2560	2400	2000	Medida
Castro	1799	Panos de linho	Importação	800	720	560	Vara
Castro	1799	Panos ordinários	Importação	640	600	540	Unidade
Castro	1799	Chapéus	Importação	2560	2400	2200	Unidade
Castro	1799	Chapéus ordinários	Importação	1280	1200	1000	Unidade
Castro	1799	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	560	480	Unidade
Castro	1799	Mulas	Exportação	12000	11000	10000	Unidade
Castro	1799	Potros	Exportação	4000	3200	3000	Unidade
Castro	1799	Bois	Exportação	2000	1920	1600	Unidade
Castro	1799	Coxonilhos	Exportação	8000	6000	4000	Unidade
Castro	1798	Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1440	1280	1200	Arroba
Castro	1798	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	560	400	Alqueire
Castro	1798	Farinha	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	480	400	Alqueire
Castro	1801	Baeta	Importação	800	720	640	Côvado

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Castro	1801	Panos de linho fino	Importação	960	900	800	Vara
Castro	1801	Pano de linho ordinário	Importação	640	600	560	Vara
Castro	1801	Chapéus	Importação	2880	2560	2400	Vara
Castro	1801	Chapéus ordinários	Importação	1440	1280	1000	Vara
Castro	1801	Vinho	Importação	2000	1920	1760	Medida
Castro	1801	Vinagre	Importação	800	720	700	Medida
Castro	1801	Sal	Importação	3200	3000	2880	Carga
Castro	1801	Algodão	Importação	200	180	160	Vara
Castro	1801	Açúcar	Importação	2000	1600	12100	Arroba
Castro	1801	Aguardente	Importação	640	480	400	Medida
Castro	1801	Burros	Exportação	70000	64000	50000	Cento
Castro	1801	Mulas	Exportação	10000	9000	8000	Unidade
Castro	1801	Potros	Exportação	4000	3200	3000	Unidade
Castro	1801	Bois	Exportação	3000	2560	2000	Unidade
Castro	1801	Coxonilhas	Exportação	8000	6000	4000	Unidade
Castro	1801	Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Arroba
Castro	1801	Lã	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2400	2000	Arroba
Castro	1801	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1440	1200	Arroba
Castro	1801	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	800	640	600	Alqueire
Castro	1801	Farinha	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	600	560	Alqueire
Castro	1801	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	360	Alqueire
Castro	1801	Farinha de trigo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Arroba
Castro	1803	Baeta	Importação	800	720	640	Côvado
Castro	1803	Pano de linho fino	Importação	800	720	600	Vara
Castro	1803	Pano de linho ordinário	Importação	640	600	540	Vara
Castro	1803	Chapéus	Importação	2560	2400	2200	Vara
Castro	1803	Chapéus ordinários	Importação	1280	1200	1000	Vara
Castro	1803	Vinho	Importação	1600	1440	1280	Medida
Castro	1803	Aguardente	Importação	2560	2400	2000	Medida

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Castro	1803	Vinagre	Importação	800	720	700	Medida
Castro	1803	Sal	Importação	3200	3000	2880	Carga
Castro	1803	Algodão	Importação	200	180	160	Vara
Castro	1803	Aguardente	Importação	640	480	400	Medida
Castro	1803	Jumentos	Exportação	20000	19200	18000	Unidade
Castro	1803	Mulas	Exportação	10000	9000	8000	Unidade
Castro	1803	Cavalos	Exportação	4000	3200	3000	Unidade
Castro	1803	Bois	Exportação	2000	1600	1440	Unidade
Castro	1803	Coxonilhos	Exportação	8000	6400	4000	Unidade
Castro	1803	Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Arroba
Castro	1803	Fumo	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1000	900	800	Arroba
Castro	1803	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1800	1600	1280	Arroba
Castro	1803	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	320	Alqueire
Castro	1803	Farinha	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	960	800	640	Alqueire
Castro	1803	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	900	800	640	Alqueire
Castro	1799	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1200	1120	Arroba

Tabela 4 – Produtos comercializados em Castro. Fonte: Maços de População de Castro em 1798, 1799, 1801 e 1803. Arquivo do Estado de São Paulo.

Em Itapetininga (Tabela 5) a lista se amplia consideravelmente e há nítido desequilíbrio entre importação e exportação. A vila exportava somente bois (3\$680 a 3\$000 réis), potros (8\$000-6\$000 a 6\$000-5\$000 réis cada) e bestas (14\$000-12\$000 a 8\$000-10\$000 réis a unidade), toucinho e algodão (18\$000 a 12\$000 a peça). Em contrapartida, importava sal de diversas procedências e panos em vara ou côvado, jamais em peça. É interessante perceber que as importações provinham de Santos, Iguape e Sorocaba, surpreendendo, inclusive, pelas variedades de sal ali comercializados. Em termos de consumo na paróquia, sobressaem-se muitos gêneros importados, o que significa que a vila não era um núcleo de passagem, mas um mercado consumidor sólido, porque ponto obrigatório de parada das tropas para a última invernada antes de atingir a Feira de Sorocaba. A gama de tecidos ali comercializados era

variada, incluindo tecido de seda, riscados, druguetes, serafinas, lindezas, durantes, bertanhas, bertanhas ordinárias, gangas, chitas, pano azul, baetões, entre peças de linho, peças de algodão, pano de linho fino, pano de linho ordinário, pano de lã fino, pano maior de lã ordinário, pano de algodão, pano de algodão ordinário, baetas, pano de lã fino, pano de lã ordinário, pano mais que ordinário, pano ordinário, panos de algodão fino, pano de algodão ordinário, além de chapéus e lenços. Em Itapetininga, as bestas eram exportadas por 14\$000-12\$000 a 8\$000-10\$000 réis a unidade, ao passo que em Castro o valor de exportação variava entre 12\$000-10\$000 e 10\$000-8\$000 réis a unidade, o que significa lucro no repasse.

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Itapetininga	1798	Panos de linho	Importação	640	560	480	Vara
Itapetininga	1798	Panos de algodão	Importação	980	960	920	Vara
Itapetininga	1798	Chapéus	Importação	1600	1500	1400	Cada um
Itapetininga	1798	Sal	Importação	3360	3000	2560	Alqueire
Itapetininga	1798	Bois	Exportação	3680	3200	3000	Cada um
Itapetininga	1798	Potros	Exportação	6000	5000	4000	Cada um
Itapetininga	1798	Peças de linho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	560	480	Vara
Itapetininga	1798	Peças de algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	980	960	920	Vara
Itapetininga	1798	Chapéus	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1500	1400	Cada um
Itapetininga	1798	Moios de sal	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3360	3000	2560	Alqueire
Itapetininga	1798	Sal	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	9600	8400	7200	Alqueire
Itapetininga	1799	Pano de linho fino	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	800	720	640	Vara
Itapetininga	1799	Pano de linho ordinário	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	640	600	560	Vara
Itapetininga	1799	Pano de lã fino	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4160	4000	3840	Côvado
Itapetininga	1799	Pano maior de lã ordinário	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3200	3000	2880	Côvado
Itapetininga	1799	Pano de lã ordinário	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1920	1840	1600	Côvado

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Itapetininga	1799	Pano de Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1440	1280	Vara
Itapetininga	1799	Pano de algodão ordinário	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	960	800	640	Vara
Itapetininga	1799	Baetas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	800	720	680	Côvado
Itapetininga	1799	Gangas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2400	2240	Peça
Itapetininga	1799	Bertanhas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4800	4400	4000	Peça
Itapetininga	1799	Bertanha ordinária	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3840	3680	3520	Peça
Itapetininga	1799	Sal	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4000	3840	3520	Alqueire
Itapetininga	1799	Bestas	Exportação	14000	12000	10000	Unidade
Itapetininga	1799	Potros	Exportação	8000	6000	5000	Unidade
Itapetininga	1799	Bois	Exportação	4000	3200	2560	Unidade
Itapetininga	1799	Pano de linho fino	Importação	600	582	560	Vara
Itapetininga	1799	Pano de linho ordinário	Importação	540	504	480	Vara
Itapetininga	1799	Panos de lã fino	Importação	4200	3500	3200	Côvado
Itapetininga	1799	Pano mais que ordinário	Importação	2000	1600	1440	Côvado
Itapetininga	1799	Pano ordinário	Importação	1200	1000	950	Côvado
Itapetininga	1799	Panos de algodão fino	Importação	1400	1280	1000	Vara
Itapetininga	1799	Pano de algodão ordinário	Importação	640	600	580	Côvado
Itapetininga	1799	Baetas	Importação	640	600	580	Côvado
Itapetininga	1799	Cangas	Importação	2160	2000	1920	Peça
Itapetininga	1799	Bertanhas	Importação	3840	3520	3360	Peça
Itapetininga	1799	Bertanha ordinária	Importação	3200	3100	3000	Peça
Itapetininga	1799	Sal de Santos	Importação	0	1280	0	Alqueire
Itapetininga	1801	Pano de linho	Importação	720	600	560	Vara
Itapetininga	1801	Pano Azul	Importação	3000	2000	1280	Côvado
Itapetininga	1801	Baeta	Importação	960	800	720	Côvado
Itapetininga	1801	Chita	Importação	840	800	720	Côvado
Itapetininga	1801	Cangas	Importação	2000	1900	1800	Peça

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Itapetininga	1801	Bertanhas	Importação	4500	4000	3600	Peça
Itapetininga	1801	Sal de Iguape	Importação	1800	1280	1200	Alqueire
Itapetininga	1801	Sal de São Paulo	Importação	2240	2200	2000	Alqueire
Itapetininga	1801	Sal de Sorocaba	Importação	2400	2240	2200	Alqueire
Itapetininga	1801	Druguetes	Importação	800	720	700	Côvado
Itapetininga	1801	Bertanhas	Importação	5200	5000	4000	Peça
Itapetininga	1801	Riscados	Importação	2000	1900	1600	Peça
Itapetininga	1801	Chapéus	Importação	1800	1280	960	Unidade
Itapetininga	1801	Lenços	Importação	1600	1200	1040	Unidade
Itapetininga	1801	Serafinas	Importação	480	400	360	Côvado
Itapetininga	1801	Lindezas	Importação	400	380	320	Côvado
Itapetininga	1801	Bestas	Exportação	12000	10000	8000	Unidade
Itapetininga	1801	Potros	Exportação	8000	7000	6000	Unidade
Itapetininga	1801	Bois	Exportação	3840	3520	3200	Unidade
Itapetininga	1801	Panos de Algodão	Exportação	21000	17500	14000	Peça
Itapetininga	1801	Toucinho	Exportação	1680	1400	1120	Arroba
Itapetininga	1801	Baetas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	800	760	720	Côvado
Itapetininga	1801	Panos de Linho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	800	720	640	Vara
Itapetininga	1801	Pano Azul	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3840	2560	1920	Côvado
Itapetininga	1801	Chitas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	5000	4800	4000	Peça
Itapetininga	1801	Cangas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2240	2080	2000	Peça
Itapetininga	1801	Druguetes	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	960	900	840	Côvado
Itapetininga	1801	Tecido de Seda	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1400	1200	Côvado
Itapetininga	1801	Bertanhas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	6400	5600	5000	Peça
Itapetininga	1801	Riscados	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2400	2240	Peça
Itapetininga	1801	Chapéus	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2000	1600	Unidade
Itapetininga	1801	Lenços	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2000	1600	1280	Unidade

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Itapetininga	1801	Serafina	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	560	520	480	Côvado
Itapetininga	1801	Lindezas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	500	480	400	Côvado
Itapetininga	1801	Durantes	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	440	400	Côvado
Itapetininga	1801	Sal	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3200	3100	3000	Alqueire
Itapetininga	1803	Pano de Linho	Importação	480	440	400	Vara
Itapetininga	1803	Pano de lã	Importação	3000	2560	2000	Côvado
Itapetininga	1803	Pano de Algodão	Importação	1280	1120	800	Vara
Itapetininga	1803	Baeta	Importação	720	640	600	Côvado
Itapetininga	1803	Bertanhas	Importação	3950	3800	2900	Peça
Itapetininga	1803	Chitas	Importação	5600	5000	4000	Peça
Itapetininga	1803	Chapéus	Importação	1800	1400	1000	Dúzia
Itapetininga	1803	Cangas	Importação	1900	1800	1600	Peça
Itapetininga	1803	Sal	Importação	2080	2000	1920	Alqueire
Itapetininga	1803	Bois	Exportação	3840	3200	2560	Unidade
Itapetininga	1803	Toucinho	Exportação	1280	1120	800	Arroba
Itapetininga	1803	Panos	Exportação	160	140	120	Vara
Itapetininga	1803	Panos de Linho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	600	560	480	Vara
Itapetininga	1803	Panos de lã	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4000	3840	3200	Côvado
Itapetininga	1803	Pano de Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1920	1600	1500	Vara
Itapetininga	1803	Baeta	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	800	780	720	Côvado
Itapetininga	1803	Bertanhas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4480	4000	3200	Peça
Itapetininga	1803	Chitas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	6400	5800	5400	Peça
Itapetininga	1803	Chapéus	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2240	1920	1600	Unidade
Itapetininga	1803	Cangas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2240	1920	1760	Peça
Itapetininga	1803	Sal	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3000	2880	2560	Alqueire
Itapetininga	1804	Panos de Linho	Importação	600	560	480	Vara

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Itapetininga	1804	Panos de lã	Importação	3520	3000	2400	Côvado
Itapetininga	1804	Panos de Algodão	Importação	2160	1280	800	Vara
Itapetininga	1804	Baetas	Importação	1040	960	720	Côvado
Itapetininga	1804	Cangas	Importação	3200	2000	1920	Peça
Itapetininga	1804	Bertanhas	Importação	4120	3840	3520	Peça
Itapetininga	1804	Chitas	Importação	4160	3800	3200	Peça
Itapetininga	1804	Baetões	Importação	2000	1600	120	Côvado
Itapetininga	1804	Chapéus	Importação	1760	1440	960	Unidade
Itapetininga	1804	Sal	Importação	2080	1800	1280	Alqueire
Itapetininga	1804	Bestas	Exportação	16000	12800	10000	Unidade
Itapetininga	1804	Potros	Exportação	8000	7500	6000	Unidade
Itapetininga	1804	Bois	Exportação	4000	3520	3200	Unidade
Itapetininga	1804	Toucinho	Exportação	2280	1920	1600	Arroba
Itapetininga	1804	Algodão	Exportação	18000	16000	12800	Peça
Itapetininga	1804	Panos de Linho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	720	640	560	Peça
Itapetininga	1804	Panos de lã	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4480	4000	3000	Peça
Itapetininga	1804	Panos de Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	1680	950	Peça
Itapetininga	1804	Baetas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4480	2240	2000	Côvado
Itapetininga	1804	Cangas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4480	2240	2000	Peça
Itapetininga	1804	Bertanhas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	5120	4640	4160	Peça
Itapetininga	1804	Chitas	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	7000	5500	5000	Peça
Itapetininga	1804	Baetões	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2240	2080	Côvado
Itapetininga	1804	Chapéus	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2240	2000	1600	Dúzia
Itapetininga	1804	Sal	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2880	2720	2560	Alqueire

Tabela 5 – Produtos comercializados em Itapetininga. Fonte: Maços de População de Itapetininga em 1798, 1799, 1801, 1803 e 1804. Arquivo do Estado de São Paulo.

Por fim, a Vª. de Sorocaba era o objetivo último da viagem, sendo suas feiras devotadas ao comércio de rebanhos para São Paulo, vilas de serra acima do vale do rio Paraíba e zonas de mineração nas Capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. É curioso constatar a ausência de rebanhos de gado vacum e muar nos maços de população, constando apenas os potros que eram ali exportados entre 600\$000 e 400\$000 réis o cento. Entende-se que a ausência de mulas, bois e demais itens significa que as feiras eram lugares de intermediação de negócios de terceiros, não enraizando os bens em Sorocaba, vila devotada ao trânsito das mercadorias. O gado não era proveniente dali e tampouco ali ficava, sendo justamente o que tornava as transações comerciais extremamente rentáveis. Sorocaba era o grande centro distribuidor. Nela destaca-se uma gama de gêneros importados sofisticados (vinhos de Lisboa, vinhos do Porto e vinhos da Madeira, vendidos entre 144\$000 e 105\$600 réis a pipa, e panos de linho finos), além de panos ordinários, panos de algodão e panos de lã. Entre os gêneros exportados, além dos potros, constam açúcar, aguardente, algodão, arroz, anil, tabaco e panos de algodão. Para consumo interno sobressaem-se o açúcar, aguardente, potros, arroz, goma, madeiras, algodão, tabaco, panos de algodão, milho, feijão, toucinho e azeite (Tabela 6).

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Sorocaba	1798	Vinhos de Lisboa	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Vinho do Porto	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Vinho da Madeira	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Açúcar	Exportação	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Açúcar	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Vinhos de Lisboa	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Açúcar	Exportação	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Açúcar	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Vinhos de Lisboa	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Açúcar	Exportação	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Açúcar	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Vinhos de Lisboa	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Panos de Linho Finos	Importação	21640	18600	12560	Pipa
Sorocaba	1798	Açúcar	Exportação	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Aguardente	Exportação	20480	19200	17920	Pipa

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Sorocaba	1798	Potros	Exportação	600000	500000	400000	Cento
Sorocaba	1798	Açúcar	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1400	1300	1200	Arroba
Sorocaba	1798	Aguardente	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	20480	19200	17920	Pipa
Sorocaba	1798	Potros	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	600000	500000	400000	Cento
Sorocaba	1798	Arroz	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1200	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Goma	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	4000	3840	3520	Quintais
Sorocaba	1798	Madeiras	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	3200	2560	1920	Dúzia
Sorocaba	1798	Vinhos do Porto	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Vinhos da Madeira	Importação	144000	120000	105600	Pipa
Sorocaba	1798	Panos ordinários	Importação	19500	16480	15400	Peça
Sorocaba	1798	Algodão	Exportação	1280	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Arroz	Exportação	1200	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Arroz	Exportação	1200	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Anil	Exportação	1200	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Tabaco	Exportação	1280	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Tabaco	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1120	1000	Arroba
Sorocaba	1798	Peças de Linho fino	Importação	21640	18680	12640	Peça
Sorocaba	1799	Açúcar	Exportação	1600	1200	960	Arroba
Sorocaba	1799	Panos de Linho Fino	Importação	19200	17600	16000	Peça
Sorocaba	1799	Panos de algodão	Importação	7000	6400	5600	Peça
Sorocaba	1799	Panos de lã	Importação	43200	40800	38400	Peça
Sorocaba	1799	Açúcar	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1200	960	Arroba
Sorocaba	1799	Açúcar	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1200	960	Arroba
Sorocaba	1799	Panos de algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1600	1400	1280	Peça
Sorocaba	1799	Arroz	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	960	800	Arroba

Localidade	Ano	Produto	Situação (exportação, importação ou consumo na paróquia)	Valor Máximo	Valor Médio	Valor Mínimo	Unidade de medida
Sorocaba	1799	Aguardente	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1120	960	Canada
Sorocaba	1799	Milho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	160	140	120	Alqueire
Sorocaba	1799	Feijão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	480	400	320	Alqueire
Sorocaba	1799	Toucinho	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	960	800	640	Arroba
Sorocaba	1799	Azeite	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	2560	2400	2240	Canada
Sorocaba	1799	Vinhos do Porto	Importação	16680	15400	13420	Pipa
Sorocaba	1799	Vinhos da Madeira	Importação	16680	15400	13420	Pipa
Sorocaba	1799	Panos ordinários	Importação	16800	16200	14400	Peça
Sorocaba	1799	Panos de algodão	Exportação	16000	14000	12800	Peça
Sorocaba	1799	Algodão	Exportação	960	800	640	Arroba
Sorocaba	1799	Arroz	Exportação	1280	1120	800	Arroba
Sorocaba	1799	Tabaco	Exportação	1280	960	800	Arroba
Sorocaba	1799	Algodão	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	960	800	640	Arroba
Sorocaba	1799	Tabaco	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1120	960	Arroba
Sorocaba	1799	Tabaco	Con. Interno (consumo na paróquia ou outras formas)	1280	1120	960	Arroba

Tabela 6 – Produtos comercializados em Sorocaba. Fonte: Maços de População de Sorocaba em 1798 e 1799. Arquivo do Estado de São Paulo.

Nas Feiras de Sorocaba, ao longo dos meses do verão, realizavam-se as operações finais de revenda das tropas para as diversas zonas do Brasil, concluindo-se um circuito de produção e circulação de riquezas devotado ao mercado de abastecimento interno, que lucrava em todas as pontas – do criatório, ao meio de transporte e à carga transportada, aí incluso os escravizados que integravam as comitivas.

É interessante perceber nas listas nominativas as unidades de medida envolvidas em cada tipo de mercadoria e imaginar quanto cada mula era capaz de carregar e quantas mulas eram necessárias para tanto, bem como os recipientes necessários para acondicionar cada tipo de mercadoria. Por meio das unidades de medida, também é possível inferir os núcleos urbanos relacionados ao comércio de atacado e os mais devotados à venda a retalho (no varejo), bem como as lógicas de especialização regionais.

Sobre os registros, nos postos de pedágio era feita a cobrança do imposto sobre o número de cabeças de gado transportadas. Havia alguns ao longo do Caminho do Viamão, entre os quais o maior e mais importante era o de Curitiba. Era preciso pagar taxas para introduzir, na capitania e depois na província de São Paulo, os cavalos, burros e bois provenientes do Rio Grande. Os impostos eram divididos entre duas administrações, a do Contrato e a da Casa Doadada, que representava nominalmente a família à qual o rei havia outrora concedido metade dos impostos recebidos à entrada da capitania/província, cuja sede ficava em São Paulo. Os burros, cavalos e éguas nascidos nas terras situadas entre os limites da Capitania do Rio Grande do Sul e o registro eram taxados como os que vinham do Sul. Segundo Saint-Hilaire, na cidade de Sorocaba, e não no Registro de Curitiba, pagavam-se os impostos de entrada. A administração concedia ainda aos negociantes de cavalos e burros outras facilidades. Os negociantes iam buscar os animais no Sul e faziam esse comércio sem disporem de quase nenhum dinheiro. Eles faziam as compras que podiam ser pagas no prazo de um ano ou até mais, e chegavam à lapa sem ter que pagar os camaradas. Segundo Saint-Hilaire, por se tratar de uma estrada real, era um privilégio exclusivo possuir uma venda junto ao posto de fiscalização e nenhum comerciante tinha direito de montar estabelecimento em Lapa ou Lages, cidades situadas nas duas extremidades do sertão. O inspetor do Registro da Casa Doadada prestava contas à coroa, tornando fácil ao governo conhecer os lucros obtidos com a entrada de manadas na capitania/província de São Paulo. Guardas da milícia ficavam encarregados de vigiar para que nenhum animal entrasse clandestinamente. Eles patrulhavam as margens do rio e eram pagos metade pelo Contrato, metade pela Casa Doadada.<sup>133</sup>

É interessante notar o lento processo de elevação dos núcleos do caminho à condição de vila e acompanhar o movimento da Coroa portuguesa na apropriação dos Campos do Viamão e do sertão da Vacaria, onde manadas incontáveis de gado bovino, equino e muar – provenientes dos rebanhos perdidos dos jesuítas, indígenas, portugueses e castelhanos – multiplicavam-se por causa das excelentes condições naturais de pastagem, ensejando a instalação de estâncias e fazendas relacionadas ao criatório e ao charque. Do tropeirismo desdobraram-se vilas como Rio Grande (1751), Lages (1774), Lapa (1806), Castro (1798), Itapeva da Faxina (1769) e Itapetininga (1770), em meio a um rosário de capelas e freguesias e um cordão de estâncias, fazendas, vendas, pousos, registros, passagens e guardas que ladeavam a Estrada Real e que hoje constituem um patrimônio importante merecedor de apreciação em seu conjunto. N. Sr<sup>a</sup>. da Ponte de Sorocaba (1661) e N. Sr<sup>a</sup>. da Luz dos Pinhais de Curitiba (1693), embora originárias de outros desígnios no século XVII, integram a rede urbana do

tropeirismo, além das vilas litorâneas de N. Sr<sup>a</sup>. do Rosário de Paranaguá (1649), Rio de São Francisco do Sul (1660), Laguna (1675), N. Sr<sup>a</sup>. do Desterro (1726), Guaratuba (1771), Sabaúna (1766) e Antonina (1797).

## A PAISAGEM COMO MONUMENTO

Quando se fala em Caminho do Viamão, imaginam-se campos alargados entremeados por araucárias, rebanhos e tropeiros, elementos diacríticos característicos do bioma Pampa. Mas o que vimos neste artigo foi uma vasta região marcada por campos, serras e florestas, muito irrigada por rios mais ou menos caudalosos, perpendiculares ao Caminho das Tropas. Essa paisagem, como todas as outras, nada mais é do que uma configuração territorial abstrata, homogeneizada e codificada no imaginário coletivo tal qual uma pintura, como um estereótipo que obnubila a pluralidade de seus enquadramentos. As manadas e a ideia de tropeiro passam pelo mesmo processo de generalização e homogeneização. O rebanho, inclusive, vai muito além das mulas, envolvendo também gado bovino e cavalos, jumentos e burros, raramente representados em suas especificidades nas imagens.

A homogeneização da paisagem e sua monumentalização para fins de preservação compactua com esses processos de estereotipagem, elegendo este ou aquele elemento diacrítico em detrimento de outros premeditadamente esquecidos. Narrativas são tecidas e ganham espessuras variadas ao longo do tempo, amalgamando-se às camadas de historicidade propriamente ditas e configurando camadas de representações, numa urdidura fina que dificulta o entendimento da trama.

O Caminho do Viamão, assim como o tropeirismo entre as economias do Brasil, ficou à margem da história e da patrimonialização até recentemente. Ignorados pelos historiadores e homens do patrimônio, por devotados ao abastecimento do mercado interno, foram preteridos, em termos historiográficos, à economia do açúcar, do ouro, do café e outras vinculadas ao comércio internacional, assim como a arquitetura e a paisagem cultural que lhes são características.

Recentemente Nathália Montenegro Diniz<sup>134</sup> defendeu doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), no qual demonstrou o lento processo de introdução da economia do criatório nos Sertões do Norte na historiografia brasileira, analisando o processo de esquecimento dos objetos da cultura material das fazendas de gado nas políticas de preservação do patrimônio cultural "brasileiro" ensejadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (Sphan). Modestas, mas não menos importantes, contam-se poucas fazendas de gado tombadas em meio à profusão de engenhos de açúcar e fazendas de café registrados pelo Iphan. Da mesma forma, o patrimônio do criatório dos Campos do Sul ficou por muito tempo ausente nos livros de tomo, assim como nas páginas da historiografia e dos livros didáticos.

O livro *Tropeiros*, de Jaelson Trindade,<sup>135</sup> coroa uma iniciativa do Iphan de inventariar essa paisagem cultural, a partir da década de 1980, que, por suas características continentais, exige uma política de preservação mais alargada. O estudo é paralelo a outras iniciativas, como o livro *A Lapa e o tropeirismo*, de Márcia Scholz de Andrade Kersten.<sup>136</sup> A autora menciona que:

na década de 1980, a Secretaria de Estado da Cultura e o então SPHAN/Pró-memória iniciaram projeto semelhante a este inventário, com o objetivo de resgatar as tradições e reconstituir traços e marcas deixados pelo tropeirismo. Encontros, Seminários e publicações constaram da proposta. O ano de 1985, por exemplo, foi especialmente pródigo em intenções que pretendiam identificar, preservar e revitalizar o patrimônio cultural do Caminho das Tropas, com base em ações conjuntas a serem executadas pelos estados protagonistas por meio das Secretarias de Cultura do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Em 18 de setembro daquele ano foi firmado Protocolo de Intenções para oficializar o Projeto Caminho das Tropas, cujo propósito previa ações integradas que resultassem em uma efetiva política de revitalização. Seus planos incluíam o inventário do patrimônio cultural ao longo do Caminho das Tropas, a restauração de imóveis em fazendas, como a de Capão Alto na cidade de Castro, pesquisas arqueológicas, produção de vídeos, cadernos históricos, mapas, celebrações. Com o propósito de discutir metodologias e encaminhar essas ações, foram realizados encontros interestaduais e regionais como os das cidades de Lages (1985) e Florianópolis (1986), em Santa Catarina; de Ponta Grossa (1986), Rio Negro e Palmeira (1991), e Curitiba (1992), no Paraná; e o de Sorocaba (1992), no Estado de São Paulo.<sup>137</sup>

Outros estudos encomendados por Dalmo Vieira, quando presidente do Departamento de Patrimônio e Material (Depam), nos anos 2000, somam-se às iniciativas anteriores.

A constituição de museus em cidades ao longo do Caminho do Viamão e a conversão de muitas fazendas em pousadas devotadas ao turismo são prova desse processo recente de mudança dessa paisagem cultural em monumento.

Nesses museus e pousadas reconstituem-se e reiteram-se certas tópicas sobre tropeiros e suas atividades econômicas, muitas vezes dignificando-os ao status de nobreza que raramente tiveram, embora fossem dos homens mais ricos na hierarquia social da Colônia e do Império até o advento da ferrovia.

135. Trindade, op. cit.

136. Kersten, op. cit.

137. Ibid., p. 55-56.

Muitos, como o Barão de Iguape, o Barão de Antonina, o Barão dos Campos Gerais, após enriquecerem conduzindo tropas de muares ou operando registros para cobrança de impostos, investiram em outras modalidades de negócio, inclusive na construção de ferrovias, apropriação de terras e outros tantos empreendimentos urbanos, apagando o passado no tropeirismo.

Em geral, o título de barão veio posteriormente, raramente atrelado ao ofício que lhe conferiu razão de ser. Assim o foi com o Barão dos Campos Gerais, de Lapa, dignificado pelos recursos investidos na Guerra do Paraguai.

Esquecidos pela história, durante muito tempo foram relegados a algumas poucas notas na historiografia do Brasil, assim como suas fazendas, estâncias, o próprio caminho das tropas com seus inusitados corredores de pedra, os objetos da lida cotidiana, a indumentária e a culinária tropeira, patrimônio material e imaterial só muito recentemente pensados enquanto paisagem cultural.

No entanto, por se tratar de uma paisagem cultural que extrapola a fronteira do Brasil, invadindo a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, mereceria estratégias de preservação mais ousadas em parceria com os países vizinhos, na linha do que recentemente foi proposto para as Missões Jesuíticas, algo que este artigo sugere.

Para finalizar, convém uma ressalva. O próprio nome Caminho do Viamão é uma invenção. O epíteto obnubila uma série de outros nomes, como vimos, e outras tantas ramificações que o compunham. Da mesma forma, a riqueza toponímica estende-se aos campos – de Vacaria, Gerais, Paulistas – e diversos subcampos, como vimos nos relatos, entre serras – Geral, do Viamão – e muito mato, também ele com nomenclatura específica. Da mesma forma, paulistas e gaúchos são generalizações de uma população híbrida por excelência, resultante de processos de fertilização mútua, inclusive com os castelhanos (paraguaios, portenhos, cordobeses e uruguaios), sem falar dos indígenas de diversas etnias e dos afrodescendentes. Nesse sentido, falar de políticas de preservação de uma paisagem cultural transfronteiriça como essa implica desafios da parte dos órgãos de preservação, tão regionalizados quanto a história e a historiografia.

## REFERÊNCIAS

### FONTES MANUSCRITAS

CABRAL, de José Antônio Teixeira. *Estatística da Imperial Província de São Paulo*: tomo I: 1827. São Paulo: Edusp, 2009. Edição Fac-similar de documento da Biblioteca Mindlin.

ITINERÁRIO da Cidade de Sam Paulo para o Contin.<sup>te</sup> de Viamão, feito por um Pratico, 1773. Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

LISTAS Nominativas das vilas de Lages, Santo Antônio das Lapas, Curitiba, Castro, Itapetininga e Sorocaba, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804. Arquivo do Estado de São Paulo.

ROTEIRO que se fez do caminho do sertão que principia da Patrulha onde se acha o Curral da Contagem, pegado ao rio do Sino, para entrar a subir a Serra e seguir para Curitiba e São Paulo no ano de 1745. Dimensão: 33cm × 21cm. Acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

*Projeto, ou plano ajustado por Ordem de [...] D. Luís Antônio de Souza & o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, 1772.* Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

### FONTES CARTOGRÁFICAS

CARTA Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil. Lisboa: Direcção dos Serviços de Engenharia, [1797]. 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color.; 199 × 202 cm. Escala ca. 1:2.600.000.

### FONTES ICONOGRÁFICAS

ALENCAR, Vera Maria Abreu de (coord.). *Castro Maya colecionador de Debret*. Rio de Janeiro: Capivara, 2003.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Quarenta paisagens inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina*. São Paulo: Nacional, 1970.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839.

LAGO, Pedro Corrêa do; BANDEIRA, Julio. *Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

#### FONTES IMPRESSAS

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

BIGG-WITHER, Thomas. *Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos, 1872-1875*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SAINT-HILLAIRE, Augusto de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina (1816-1822)*. São Paulo: Itatiaia, 1978.

SAINT-HILLAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo (1822)*. São Paulo: Itatiaia, 1976.

#### LIVROS, ARTIGOS E TESES

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Tempos e espaços na mira de um historiador. *In: D'INCAO, Maria Angela (org.). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Unesp, 1989. p. 407-418.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos "certoens" do Norte, c. 1666-1820*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAPTISTA, Anna Paola. *Debret: viagem ao Sul do Brasil*. Brasília, DF: Caixa Cultural, 2012.

BAYÓN, Damián. *Pensar con los ojos: ensayos de arte latinoamericano*. 2. ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORSOI, Diogo Fonseca. *Cidades em processo: arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BORSOI, Diogo Fonseca. *Traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle: économie et capitalisme, XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Armand Collin, 1979. 3 v.

BRAUDEL, Fernand. *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe 2*. São Paulo: Edusp, 2016. 2 v.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades inconclusas no Brasil do século XX: fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 399-425.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. *Labor & Engenho*, Campinas, v. 11, n. 3, p. 242-262, 2017. doi: 10.20396/labore.v11i3.8649556. Disponível em: <<https://bit.ly/3dVMXvE>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; ARRAES, Esdras Araujo; MOURA, Nádya Mendes de; BORSOI, Diogo Fonseca. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *Urbana*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 4-53, 2018. doi: 10.20396/urbana.v10i1.8651827. Disponível em: <<https://bit.ly/3a66VCu>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; GIL, Tiago Luís; BARRETO, Alice Pereira; DIAS, Guilherme Silvério. O Caminho do Viamão em suas conexões americanas. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA URBANA, 2., 2019a, Cidade do México. *Actas [...]*. Cidade do México: Unam, 2019. t. 5, p. 2678-2690.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BARRETO, Alice Pereira; DIAS, Guilherme Silvério. Por uma história urbana menos regionalizada. In: FRIDMAN, Fania (org.). *De cidades e territórios*. Rio de Janeiro: PoD, 2019b. v. 2, p. 175-191.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; KANTOR, Iris. The New Lusitania geographical map: representation of urban and commercial networks (1797). In: SYMPOSIUM INTERNATIONAL SOCIETY FOR THE HISTORY OF THE MAP, 5., 2020. *Proceedings [...]*. [S. l.]: ISHmap, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3rpKe2a>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. 5. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2016.

CABRERA, Ángel Lulio. Fitogeografía de la República Argentina. *Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica*, Buenos Aires, v. 14, n. 1-2, p. 1-42, 1971.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. *Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

COSTA, Vinícius Lorini da. Estudo fitossociológico do componente arbóreo de um remanescente florestal em Palmeira das Missões, RS, Brasil. *Revista da Graduação*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 10-12, 2011.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Fazendas de gado nas ribeiras dos sertões do Norte*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DINIZ, Nathália Montenegro. *Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas ribeiras do Norte*. Rio de Janeiro: Versal, 2015.

FARINATTI, Luís Augusto. Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Revista Ciência e Ambiente*, Santa Maria, n. 33, p. 135-134, 2006.

FARINATTI, Luís Augusto. Trabalhadores da pecuária. Mão-de-obra livre e escrava nas estâncias da fronteira meridional do Brasil (1825-1865). In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 1., 2007, Montevideu. *Anais [...]*. [S. l.]: Abphe, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRIDMAN, Fania (org.). *De cidades e territórios*. Rio de Janeiro: Editora PoD, 2019.

GIL, Tiago Luís. As listas nominativas de habitantes como fontes para a história dos preços, 1798-1810. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 35-49, 2017.

GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

GIL, Tiago Luís. *Os infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira: Rio Grande e Rio Pardo: 1760-1810*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

HERBERTS, Ana Lúcia. Análise arqueológica das estruturas viárias do Caminho das Tropas em Santa Catarina. *Revista Tempos Acadêmicos*, Criciúma, n. 10, p. 39-57, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

*Inventário florestal contínuo*. Porto Alegre: Sema, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/32aXDRm>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, 2009. doi: 10.1590/S0101-47142009000200004. Disponível em: <<https://bit.ly/3uQ2rYV>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

KATO, Allan Thomas Tadashi. *Elites, negócios e imóveis no plural: São Paulo nas décadas urbanas e listas nominativas (1795-1929)*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *A Lapa e o tropeirismo*. Curitiba: Iphan, 2006.

KLEIN, Roberto Miguel. *Flora ilustrada catarinense: mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina*. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O objeto material como documento. São Paulo IAB/ CONDEPHAAT 1980. Aula ministrada no curso “Patrimônio Cultural: Políticas e Perspectivas”. Mimeografado.

MOURA, Nádia Mendes de. *Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726-1830)*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OEA. *Uruguay: Estudio Nacional*. Washington, DC: Secretaria Ejecutiva para Asuntos Economicos y Sociales, 1992.

OSÓRIO, Helen. A fronteira transitada: desertores, contrabandistas, vagamundos e gado. In: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

OSÓRIO, Helen. Com a sua marca: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres da pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz (orgs.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 187-203.

OSÓRIO, Helen. Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do império português. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, ASOCIACIÓN ARGENTINA DE HISTÓRIA ECONÓMICA, 10., 2006, Mar del Plata. *Anales* [...]. Mar del Plata: Universidad de Mar del Plata, 2006. p. 1-24.

PRADO, João Fernando de Almeida. *Jean-Baptiste Debret*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

PROJETO RADAMBRASIL. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana no Brasil 1500-1720*. 2. ed. São Paulo: Pini, 2001.

REIS, Nestor Goulart. *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.

REIS, Nestor Goulart. *O caminho do Anhanguera*. São Paulo: Via das Artes, 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Robson dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde; ELIAS, Guilherme Alves; PADILHA, Peterson Teodoro (orgs.). *Biodiversidade em Santa Catarina: Parque Estadual da Serra Furada*. Criciúma: Ediunes, 2016.

SCHLERETH, Thomas J. *Cultural history and material culture: everyday life, landscapes, museums*. Ann Arbor: UMI Research, 1990.

SILVA, Adriana Fraga. *Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do Tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Valdeir Antonio da. Paulistas em movimento: bandeiras, monções e tropas. In: SETUBAL, Maria Alice. *A terra paulista: história, arte, costumes*. São Paulo: Cenpec, 2004. p. 55-101.

TRINDADE, Jaelson Bitran. Debret pitoresco ou o roteiro para o sul. In: SEMINÁRIO EBA, 180., 1996, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: URFJ, 1996. p. 89-107.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo: Editora Publicações e Comunicações, 1992.

VILARDAGA, José Carlos. Na bagagem dos *peruleros*: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 127-147, 2017. doi: 10.1590/1982-02672017v25n0105. Disponível em: <<https://bit.ly/3a8Ll0u>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Artigo apresentado em: 30/06/2020. Aprovado em: 19/02/2021.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License